



# PORTUGAL DEMOCRATICO

ANO XIII — N.º 138 — S. PAULO MARÇO DE 1969 — REDAÇÃO: RUA LÍBERO BADARÓ, 488 — 5.º ANDAR — SALA 50 — CAIXA POSTAL, 6248

## Desmascaremos os Assassinos!



EDUARDO MONDLANE

Vítima de uma engrenagem sinistra

"DESESPERADOS COM O MALOGRO DA SUA POLÍTICA DE GUERRA COLONIAL EM MOÇAMBIQUE, EM ANGOLA E NO NOSSO PAÍS, OS COLONIALISTAS PORTUGUESES, SEMPRE APOIADOS PELOS SEUS ALIADOS IMPERIALISTAS E RACISTAS, RECORREM AGORA À LIQUIDAÇÃO FÍSICA DOS LÍDERES DOS NOSSOS POVOS PARA TENTAR DETER A NOSSA LUTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL. O SELVAGEM ASSASSÍNIO DO DR. EDUARDO MONDLANE, NOSSO COMPANHEIRO DE LUTA E PRESIDENTE DA FRELIMO, É UMA PROVA TRÁGICA DISSO. E É TAMBÉM UM ACTO DE COVARDE AGRESSÃO CONTRA TODOS OS MOVIMENTOS DE LIBERTAÇÃO DAS COLÓNIAS PORTUGUESES E CONTRA A AFRICA".

— AMILCAR CABRAL, PRESIDENTE DO CONSELHO DE DIRECÇÃO DA CONFÉRENCIA DAS ORGANIZAÇÕES NACIONALISTAS DAS COLÓNIAS PORTUGUESES (CONCP)

É provável que nunca se saiba quem depositou numa estação de correios da Alemanha Ocidental, o pacote com a bomba que matou Eduardo Mondlane. Mas para a caracterização do crime e a análise do seu significado isso importa tão pouco como saber quem cobriu de pedras, em Vilanueva del Fresno, o cadáver do general Humberto Delgado.

Há entre os dois crimes um paralelismo evidente. Os mecanismos de medo e ódio que os desencadearam são semelhantes, como semelhante é a tática dos responsáveis pelo assassinio de atribuírem aos companheiros da vítima a autoria do acto monstruoso. Mas a verdade, como há quatro anos, não poderá ser escamoteada: virá à tona. Foi o COLONIALISMO PORTUGUÊS QUEM ELIMINOU MONDLANE, da mesma forma que foi o FASCISMO PORTUGUÊS QUEM ABATEU O GENERAL DELGADO. A PIDE esteve presente em ambos os crimes. Em 1965 teve a colaboração solícita da polícia franquista e encontrou sem dificuldade os agentes provocadores de que precisava. Desta vez prescindiu da cilada, não lhe foi necessário reinventar um Cerqueira, um Carvalho e um Bisogno. O rasto é menos claro, graças a uma rede de cumplicidades em que se adivinha a mão dos serviços de inteligência da África do Sul e a ajuda, quiçá decisiva, de outros, mais sinistros ainda e habituados a maiores vãos na escalada internacional do crime. Mas tanto os democratas portugueses como os patriotas da FRELIMO têm uma certeza desde a primeira hora. Qualquer que seja o nome dos peritos a quem coube o planeamento, é, em última análise, sobre a pessoa do "liberalizante" Marcelo Caetano que recai a responsabilidade de mais este hediondo crime. O colonialismo sabe que não vencerá militarmente as guerras em que se acha empenhado. Basil Davidson demonstra-o claramente num lúcido e penetrante estudo dedicado ao problema. Mas o imperialismo e o colonialismo não desistem facilmente. A morte de Eduardo Mondlane insere-se como episódio trágico na política de desespero das forças internacionais obscurantistas que se esforçam por preservar o "bastião branco" da África Austral. Caetano ocupa na engrenagem um lugar secundário. Mas quem morre para defender os monopólios tentaculares são os sol-

dados portugueses, quem acaba executando os crimes abjectos concebidos pelos estrategistas da Santa Aliança são os esbirros do fascismo português. O "conciliador" Caetano não confundirá a opinião pública internacional com as suas falas mansas e o seu sorriso hipócrita. É ele que terá de prestar contas perante a história — representada pelos antifascistas portugueses e pelo povo de Moçambique — pelo assassinio de Dar-Es-Salaam. As intrigas e os boatos que a imprensa fascista de Lisboa, de Joanesburgo e de Salisbury principiou a divulgar quando o cadáver do presidente da FRELIMO estava ainda quente não iludiram ninguém. A prova temo-la no corajoso desafio dos estudantes da Faculdade de Direito de Lisboa: o descerramento do retrato de Mondlane vale por um acto de acusação, por uma denúncia da engrenagem criminosa. Marcelo foi colocado no banco dos réus!

O júbilo com que se anuncia, simultaneamente em Lisboa e Pretória, uma ofensiva geral do Exército português no Norte de Moçambique é também muito esclarecedor. Esquecem os Caetano, os Vorster e os Smith que Mondlane era apenas um homem e que a FRELIMO é a vanguarda de uma Nação, o braço armado de sete milhões de moçambicanos. No Rovuma e no Zambeze um povo luta e morre pela conquista da liberdade. Mas não está só. Na África Austral há 30 milhões de africanos revoltados sob a tutela humilhante de quatro milhões de brancos. E em Portugal há um povo insubmisso, cada vez menos disposto a permitir que a sua juventude seja o instrumento militar da sobrevivência desse império escravocrata e fascista em cuja base encontramos uma das mais poderosas concentrações monopolistas do planeta. A ofensiva que se anuncia no Niassa e no Cabo Delgado será contida pela FRELIMO. E, como há quatro anos, os patriotas portugueses — agora ao lado dos moçambicanos — têm uma tarefa a cumprir: DESMASCARAR OS ASSASSINOS! Os estudantes de Direito de Lisboa já abriram o processo.

PORTUGAL  
DEMOCRATICO

### Nesta edição:

- O 31 de Janeiro no Porto, pag. 8
- O Manifesto dos Católicos, pag. 8
- Os planos da "Santa Aliança", pag. 4
- Greves em Lisboa, pag. 4
- Lutas populares, pag. 8
- A Conferência de Kartum, pag. 2
- Angola 1968, pag. 5
- O Encerramento da Faculdade de Direito, pag. 6

# A agonia do abutre

FRANCISCO VIDAL

Todos nós nos recordamos com deleite dos momentos que temos passado assistindo à morte do cisne, dançada pelas mais admiradas figuras da arte de Terpsicore. Trata-se na realidade de um clássico que nunca nos cansamos de admirar e que apenas poucos dançarinos do mundo de ontem ou de hoje se atreveram a interpretar e o conseguiram com propriedade e a contento das exigentes plateias dos diversos países onde se cultivava a arte pela arte, impossível no Portugal de hoje, no qual a luta pela vida é por demais violenta para que alguém se dedique a admirar outra coisa que não sejam os três F — Fátima, Futebol e Fado — pensando no preço das batatas e na alta do custo do bacalhau.

Mal poderíamos portanto nós pensar que o nosso País iria entrar para a história da arte da dança com uma nova figura, tenebrosa é claro, mas nem por isso menos digna de ser registrada, embora no capítulo das danças conhecidas como macabras.

Trata-se de uma pífia imitação da imortal morte do cisne, que poderíamos apelidar de "agonia do abutre", interpretada por um ditador gagá, chegado à última etapa do seu despotismo.

De fato a agonia do abutre (no Brasil chamam-lhe-iam de urubú) começou quando em setembro passado o dito figurão caiu da cadeira, que se quebrou certamente pelo peso dos seus crimes sem conta, perpetrados contra todos e cada um de nós, portugueses, desde há várias décadas. Como é sabido o "austero estadista" sempre se vestiu de negro, como aliás convém a quem, como ele, toda a vida disse coisas tristes, tendo transmitido essa tristeza congénita, originada em não sei que complexos (talvez Freud pudesse explicá-lo) ao nosso pobre povo, sem dúvida um dos menos alegres da Europa, et pour cause.

Assim vestido, e completando a sua indumentária com as habituais ceroulas de atilhos e as botas de elástico, estas próprias para esconderem as garras com que tem dilacerado a nossa grei, face fechada a qualquer manifestação de alegria, embora internamente por certo a sentisse por julgar-se o dono e senhor absoluto de vários milhões de entes humanos, com direito de vida e de morte sobre eles, o abutre iniciou a sua agonia, que ainda persiste. Foi o primeiro bater de asas ao despenhar-se da cadeira que deu início à dança, interrompida apenas para a necessária condução ao hospital. Operado e tendo os "inteligentes" serviços de imprensa da Embaixada comunicado então pressurosamente aos brasileiros que "sua excelência, ainda sob os efeitos da anestesia, havia conversado animadamente com o Presidente" (sic), fato raro nos anais da medicina e por isso mesmo digno de nota e transcrição nas revistas científicas, explicável talvez por se tratar da reação de alguém que nunca se tinha animado com coisa alguma, voltou o abutre à sua dança.

Intervêm agora outros dançarinos, todos da gang do ditador, dançando, acreditamos que em pontas para não o perturbar com o ruído das solas, à roda dele, procurando ter a certeza que a agonia continuaria e que os petis-rats poderiam começar a luta pela sucessão pois não existia o perigo de uma súbita recuperação do até então chefe da troupe; chamou-se mesmo outro dançarino, este norte-americano e médico que, esvoaçando à volta da cama, declarou que efetivamente se havia iniciado a agonia e que nenhum perigo havia de a primeira figura voltar ao que era antes do início da dança. Foi aí que a companhia se reuniu e outro foi designado primeira figura, embora tendo de dançar quase sempre "na corda bamba"...

E continua a dança. O abutre (urubú para os brasileiros) bateu de novo as agoirentas asas, voltou a aquietar-se, para gozoso dos comparsas, e assim tem continuado por meses e meses, prosseguindo na senda que foi leit-motiv de toda a sua por demais longa vida: assustar tudo e todos...

Já agora, mais débil mental do que sempre foi, o abutre recolhe-se à residência, troca impressões com os áulicos, ouve-os, segundo a propaganda oficial a sua lucidez é espantosa, atendendo às circunstâncias, simplesmente... não sabe ainda que foi destituído e que a nova prima-bailarina já tomou o seu lugar no palco. Ninguém teve ainda a coragem para lho dizer e ele, com a tal espantosa lucidez de que falamos comunicados, ainda não se lembrou de lhes perguntar!...

E segue a agonia do abutre. Até quando? Até quando teremos de assistir a esta dança macabra, até quando teremos de aguentar a agonia da semelhante ave agoirenta, fator e futor da infelicidade de todo um povo? Quando morrerá finalmente o abutre?



O REGRESSO AO LAR

"A sua lucidez é espantosa, atendendo às circunstâncias, s—Desmente... não sabe ainda que foi devolvido e que a nossa prima balerina já tomou o seu lugar no palco."

## NA CONFERÊNCIA DE KARTUM

# O COLONIALISMO PORTUGUÊS DENUNCIADO E CONDENADO

Em Janeiro passado realizou-se em Kartum, na República do Sudão, uma Conferência promovida pelo Movimento Mundial da Paz a que compareceram delegações de dezenas de países. Um dos principais temas debatidos foi o do colonialismo português, cujos crimes foram unanimemente condenados pelo plenário.

Esteve presente no conclave uma delegação da Frente Patriótica de Libertação Nacional formada pelos nossos companheiros Pedro Soares, da Junta Revolucionária Portuguesa, e Manuel Alegre. A mensagem da F.P.L.N., lida por Pedro Soares, foi um dos documentos mais aplaudidos.

### O APOIO DA FPLN AOS MOVIMENTOS LIBERTADORES

Publicamos abaixo algumas passagens desse importante documento.

"Saúdamos o MPLA, que sob a direção de AGOSTINHO NETO estendeu a luta a 10 dos 15 distritos de Angola e controla já um terço do território angolano.

Saúdamos o PAIGC que sob a direção de AMILCAR CABRAL, libertou já dois terços do seu território e está a construir uma nova Guiné nas regiões libertadas.

Saúdamos a FRELIMO que sob a direção de EDUARDO MONDLANE, realizou recentemente o seu II Congresso no interior de Moçambique e controla já vastas regiões.

Saúdamo-los em nome do Povo português, porque se o governo fascista e colonialista, procura fabricar, para justificar a sua política de guerra, uma fachada de mentiras e de calúnias, a causa do nosso Povo não é a da guerra mas a da Paz, as nossas tradições não são as da opressão, mas as da liberdade.

Estamos ao lado dos movimentos de libertação das colónias portuguesas, consideramo-los como os nossos aliados naturais, como nossos irmãos na luta comum contra o regime fascista e colonialista.

Porque aqueles que exploram os povos das colónias portuguesas são os mesmos que exploram o nosso povo; aqueles que oprimem e torturam em Angola, na Guiné Bisau e em Moçambique, são os mesmos que torturam e oprimem em Portugal.

A FPLN, de Portugal, desde o princípio da sua criação, definiu claramente a sua posição pronunciando-se contra a guerra colonial

e pelo direito dos povos das colónias portuguesas à independência imediata e completa.

Trabalhamos incansavelmente, nas duras condições impostas pela ditadura fascista, para mobilizar o nosso povo contra a guerra colonial. Apesar da repressão que sofremos, apesar de todas as dificuldades, asseguramo-vos, queridos amigos de Angola, Guiné e Moçambique, que apoiaremos, com todas as nossas forças a vossa luta de libertação, o vosso heroico combate pela independência nacional.

Saúdamos também os representantes dos movimentos de libertação da Rodésia, da África do Sul e do Sudoeste Africano e assinamo-lhes que a nossa solidariedade para com eles se exprime na nossa luta contra o regime fascista português e contra a sua política de alianças nefastas com os regimes racistas de Smith e Vorster.

(...) Reforçamos a nossa cooperação com os movimentos de libertação nacional para recebermos militares portugueses que desertam dos campos de batalha. Graças à nossa acção comum, muitos desertores foram já acolhidos pelos serviços da nossa Frente em Argel, vindos do teatro de operações de Angola, da Guiné e de Moçambique.

Graças à acção da nossa rádio e da nossa imprensa assim como à acção dos nossos companheiros no interior do país, as deserções aumentaram consideravelmente. Em 1967, num total de 70.000 jovens que deveriam ser incorporados no exército colonial, 14.000 não se apresentaram; quer dizer 20% do total. É um número de que nos sentimos orgulhosos e que demonstra de modo evidente que a Juventude do nosso país não se deixa intoxicar pela propaganda colonialista.

O nosso povo sabe muito bem que o que se esconde por detrás da guerra colonial não é a defesa da nossa Patria, mas a defesa dos monopólios sem Patria que exploram também, associados ao imperialismo estrangeiro, as nossas riquezas nacionais.

O que se esconde por detrás da guerra colonial é a defesa da CUF (Companhia União Fabril) que é o maior monopólio português, estreitamente ligado ao capital americano e alemão. Este monopólio engrandeceu graças à exploração do povo Guineense e dos trabalhadores portugueses. Trata-se também da defesa da PETRANGOL, companhia petrolífera, à cabeça da qual se encontra, em Angola, um dos carrascos do povo português: o general SANTOS COSTA, antigo ministro da defesa. Trata-se da defesa da COTONANG, mo-

nopolio do algodão em Angola, presidido pelo antigo ministro dos Negócios Estrangeiros Paulo Cunha, cujo nome está ligado à acção repressiva contra os estudantes na altura em que ocupava o cargo de Reitor na Universidade de Lisboa. Os soldados portugueses partem para a Guerra em África para defenderem os interesses do Banco Português do Atlântico, cuja sucursal inaugurada em Luanda em 1968, é um símbolo do poder do capital financeiro sobre o território angolano.

Eles vão defender também os interesses das grandes companhias estrangeiras que se fixam inicialmente em Portugal, para melhor estender, seguramente, a sua dominação às colónias. Trata-se portanto da defesa dos interesses dos imperialistas estrangeiros, cujos investimentos directos aumentaram de 2% em 1952 para 50% em 1965.

A sombra da guerra colonial prossegue-se a construção da barragem de Cabora-Bassa que é a maior obra imperialista em Moçambique.

O próprio Salazar dizia em Abril de 1966: "No nosso colonialismo são os estrangeiros que embolsam e nós que pagamos".

Para o terceiro Plano de Fomento, os investimentos estrangeiros elevaram-se a 46% sobre o total dos investimentos em Angola, e a 32% em Moçambique. Eis o tipo de patria que os fascistas defendem em África.

Dado o carácter anti-nacional desta guerra, não é de admirar que, desde o princípio, as massas populares portuguesas se lhe tenham oposto de uma maneira activa. "Os trabalhadores industriais recusam-se varias vezes a descontar uma parte do seu salário para a guerra colonial e desencadearam greves nas principais zonas industriais do país.

(...) Recentemente ainda, na noite da passagem do Ano, a Igreja de S. Domingos foi ocupada por centenas de católicos que distribuíram panfletos nos quais se dizia que não bastava falar de Paz em abstrato, mas agir contra a guerra conduzida pelo governo fascista em Angola, na Guiné e em Moçambique. Os panfletos denunciavam claramente as torturas e os assassinatos praticados contra os prisioneiros africanos.

É preciso ter em conta que travamos o nosso combate nas condições extremamente difíceis duma ditadura fascista. Todos aqueles que em Portugal defendem o direito dos povos das colónias à independência são presos, julgados e condenados a pesadas penas sob a acusação de traição à patria. Foi decretada a pena de morte para as deserções, insubordinações e revoltas no teatro de guerra. A imprensa democrática portuguesa, os intelectuais e as forças progressistas não podem tomar a defesa publica dos povos africanos em luta. É por meio de panfletos clandestinos, pela acção ilegal, arriscando a liberdade e a vida, que

(Continua na pág. 7)



agência TRIÂNGULO de seguros s. a.

SEGUROS DE VIDA EM GRUPO E COLETIVOS DE ACIDENTES PESSOAIS

RUA BRAULIO GOMES 107 - 4.º andar - conjunto 42

Telefones: — 32-4882 e 37-2774

SEGUROS DE INCÊNDIO SEGUROS EM GERAL

Endereço Telegráfico: — "CAMBRONNE"

SÃO PAULO

## Nolas e comentários

### Um rapazote fascista

A atmosfera em que se vai desenvolver o processo que o governo pensa encerrar em Outubro com uma farsa eleitoral esclareceu-se bastante em Fevereiro. Não são apenas os factos que tendem a dissipar as ilusões legalistas a que se apegam ainda determinados sectores da oposição: é também a própria linguagem dos porta-vozes do fascismo.

A entrevista concedida pelo ministro do Interior à "Capital" constituiu, num panorama ainda turvado por muitas incertezas, um documento de inegável importância. O adversário mostra o jogo e arranha os dentes. O sr. Rapazote, é claro, não pode ser apontado como uma inteligência. Mas precisamente porque se trata de um espírito romboédrico, pouco afeito às subtilidades do mestre Caetano, acabou dizendo um pouco mais do que lhe haviam recomendado. Inicialmente, afivelou a máscara e abriu as suas declarações com uma tirada esperançosa para os que acreditam na "liberalização": "A Assembleia Nacional será a que o eleitorado votar".

As perguntas, contudo, tornaram-se embaraçosas e com elas o sr. Rapazote principiou a irritar-se e caiu numa série de contradições. Quando o reporter abordou o problema das comissões promotoras de voto e dos seus esforços para ampliar o recenseamento e esclarecer os eleitores sobre as diligências que devem realizar, o ministro do Interior explicou o que entende por "ausência de restrições às actividades preparatórias das eleições". "Devo dizer — afirmou — que noto nessas comissões a tentativa de formação de núcleos partidários. Ora o regime português não reconhece nem favorece os partidos políticos". E o sr. Rapazote foi peremptório: "essas comissões têm surgido aqui e ali em termos que não se compadecem com as leis existentes!"

Embora com essa tirada estivesse suficientemente caracterizado o comportamento do governo em face do processo eleitoral, o entrevistador, teimosamente, lembrou ao Rapazote entrevistado uma afirmação sua, recente, segundo a qual "o Governo deseja uma Assembleia Nacional que sirva os interesses gerais e lhe possa confirmar a solidariedade da Nação". Muita gente, observou, ficara convicta de que tal afirmativa valia por uma exclusão antecipada de qualquer deputado oposicionista que não assegurasse a segunda condição. O ministro encolerizou-se. Em "boa lógica democrática" — disse — a maioria da Assembleia terá de apoiar o Governo, confirmando "a solidariedade da Nação". Quanto aos "interesses gerais", a Assembleia terá de se manter vigilante na defesa da "unidade, do prestígio e da prosperidade do País". Quem conhece a estranha noção que

os ministros do sr. Caetano têm do que seja a semântica, pode avaliar sem margem de erro o que será a futura Assembleia: "a que o eleitorado votar", desde que os deputados eleitos sejam exactamente aqueles que o Governo do sr. Marcelo Caetano escolher previamente.

### A resposta da nação

Os planos do sr. Marcelo Caetano chocam-se, contudo, frontalmente com a vontade da Nação. Esta não encara o acto "eleitoral" de Outubro pelo prisma de qualquer Rapazote do clã fascista. As comissões promotoras do voto, insensíveis às críticas do governo, continuam a realizar um admirável trabalho junto do eleitorado. Os seus elementos sabem perfeitamente que a aceitação das regras ditadas pelo inimigo transformaria todo o processo num serviço prestado ao regime. E têm a exacta noção de que quanto maior for a combatividade das massas, maiores serão as derrotas infligidas ao Estado fascista, cujas "concessões" nunca serão voluntárias mas sim decorrentes da pressão popular. Encarar a conquista de sete ou oito lugares na Assembleia como um fim seria um absurdo e uma capitulação, até porque a entrada em São Bento de deputados oposicionistas está condicionada, segundo o esquema oficial, ao respeito pelas regras ditadas pelo fascismo. Em outras palavras: a Oposição pode, segundo o sr. Caetano, vir a receber de presente algumas cadeiras desde que se comporte bem, não tumultuando o processo eleitoral. Ora, o que interessa é precisamente o contrário: renunciar às ilusões legalistas e utilizar ao máximo as possibilidades oferecidas pelo processo eleitoral. Os meses que nos separam do acto de Outubro devem ser uma sucessão ininterrupta de jornadas de luta. O aspecto instrumental da "campanha" apresenta-se como muito mais importante do que a obtenção de lugares na Assembleia caetanista.

Amplas camadas da população portuguesa já se deram conta dessa realidade. Os ferroviários que conseguiram impor parte das suas reivindicações, os operários da CUF em luta permanente contra a gang monopolista que os explora, os pescadores de Matosinhos e do Algarve firmes na defesa dos seus direitos, os grevistas da Ford e da General Motors exigindo aumentos salariais importantes — todos esses segmentos das classes trabalhadoras estão oferecendo um exemplo magnífico, demonstrando, através da sua combatividade, uma compreensão profunda da realidade objectiva portuguesa. O regime só entende uma linguagem: a da luta!

A resposta a dar à arrogância fascista de todos os Rapazotes é essa. A mesma que lhe deram os 3.000 democratas que encheram a transbordar o Coliseu do Porto e ovacionaram

prolongadamente, entusiasticamente o nome do prof. Ruy Luis Gomes por verem nele um símbolo do espírito intransigente de combate ao fascismo. É afinal a mesma resposta que os estudantes da Faculdade de Direito deram às provocações e ameaças do governo, exigindo a expulsão do ultra Paulo Cunha e inaugurando no átrio o retrato de Eduardo Mondlane. É em gestos de desafio como esse, na condenação aberta dos monstruosos crimes do fascismo que a juventude portuguesa assume as suas responsabilidades, situando-se à altura da missão histórica que lhe cabe. O encerramento da Faculdade de Direito, a greve nas empresas automobilísticas americanas, a luta na CUF, o trabalho tenaz das comissões promotoras do voto, a comparação maciça a comícios como o do Porto são vitórias que ferem o inimigo incomparavelmente mais fundo do que as "respeitosas moções" enviadas ao sr. Marcelo Caetano pelos intelectuais liberais, a que alude irónicamente o jornal "Le Monde". É preciso, repetimos, transformar o processo eleitoral numa cadeia ininterrupta de desafios ao Estado fascista e ao seu aparelho de repressão.

### A estratégia do desespero

O artigo de Basil Davidson — um intelectual inglês cujos livros sobre a África se tornam indispensáveis aos estudiosos do passado e do presente daquele Continente — que reproduzimos parcialmente nesta edição de "Portugal Democrático" constitui um documento de fundamental importância para a compreensão do que está ocorrendo nos bastidores onde se decide a política da chamada Santa Aliança da África Austral.

É de lastimar que o admirável trabalho do autor de "The African Awakening" não possa facilmente ser levado ao conhecimento de amplas camadas da população portuguesa. Em poucos ensaios de especialistas estrangeiros sobre a matéria tem sido tão claramente demonstrado o papel de peão que Portugal desempenha no jogo dos grandes monopólios da África Austral. E, que saibamos, ninguém antes do eminente historiador britânico colocou uma questão fundamental por ele abordada: a certeza, dia a dia mais nítida, que a República fascista da África do Sul tem de que a sua própria sobrevivência se joga nas margens do Zambeze e do Quanza. A pergunta tornou-se uma obsessão para os racistas afrikaners: que futuro será o da África do Sul no dia em que o Exército Português deixar de se bater pela sua segurança e pela defesa dos monopólios cuja prosperidade está ligada às estruturas do monstruoso regime do apartheid, no dia em que os soldados portugueses deixem de estar envolvidos numa guerra criminosa incompatível com a vontade e os interesses da nação portuguesa?

Pretória dispõe de muitos trunfos e Basil Davidson, lucidamente, não os subestima. Vorster e seus comparsas farão tudo para contar indefinidamente com a colaboração do exército colonialista português. Mas temem que esse apoio lhes falte um dia. Não ignoram que todo o poder dos centros financeiros do mundo

ocidental não bastaria para eliminar o calcanhar de Aquiles da sua República escravocrata: a falta de gente. Na África do Sul há apenas 3 milhões de brancos numa população de 17 milhões. E, como amargamente têm assinalado certos reportores dos grandes jornais de Joanesburgo, 200.000 sul-africanos não seriam demais para realizar o esforço que presentemente recai sobre 120.000 portugueses (considerados pelo estado maior sul-africano excelentes soldados pelo próprio facto de serem oriundos de uma nação europeia subdesenvolvida, o que facilita a sua adaptação a condições extremamente hostis). Ora, as estruturas económicas da África do Sul não poderiam resistir a uma mobilização geral, se a mesma se tornasse necessária. A formação de um grande exército, dada a fraqueza demográfica do país, seria o princípio do fim...

Como assinala Basil Davidson, o que se passa em Portugal é assim mais do que nunca "decisivo para o futuro das ambições de Pretória". Não há como esconder a verdade: o soldado português é hoje um mercenário indirecto que se bate, sem o saber, pela sobrevivência de um dos regimes mais iníquos que a Humanidade tem conhecido. Marcelo Caetano está perfeitamente compenetrado dessa evidência. E, paradoxalmente, encara-a como fator de fortalecimento da sua política, muito mais elástica e hábil do que a de Salazar. Não lhe escapa que tanto os Estados Unidos como a Inglaterra se acham desesperadamente empenhados na sustentação de Pretória. Daí um jogo de interdependências em que a margem de manobra do actual chefe do fascismo português é maior do que muitos supõem. E daí também uma estratégia global a que poderíamos chamar uma estratégia do desespero. É nela que se insere o assassinio de Eduardo Mondlane. Mas é também ela que nos traz a certeza de que a "liberalização" não passa de um mito. O envolvimento do Estado fascista português nas guerras coloniais africanas apresenta-se cada vez mais como fator determinante da política de Lisboa. E esse envolvimento coloca Caetano perante uma opção: a escalada ou o fim.

### A agonia do franquismo

A Espanha encontra-se há mais de um mês sob o regime definido pelo governo de Madrid como "estado de excepção". Na realidade, como a democracia morreu no país irmão em março de 39, com a entrada das forças fascistas em Madrid, o que se está passando, do ponto de vista institucional, não é mais do que uma legalização do terror policial e cultural endêmico nos últimos 30 anos.

Embora a Censura tenha voltado a imperar com um rigor medieval, não obstante os intelectuais serem caçados como coelhos e deportados para as mais distantes províncias, apesar de as Universidades de Madrid e Barcelona terem sido fechadas pelos esbirros da Guardia Civil e por pelotões do Exército comandados por oficiais fascistas, é com muito optimismo que as forças democráticas espanholas encaram o desenvolvimento da explosiva situação criada. Não existe ainda em Espanha uma

situação revolucionária imediata que crie perspectivas insurreccionais. Não seria mesmo exacto falar-se de uma crise revolucionária geral. Mas nem por isso o pavor da oligarquia feudal que domina a Espanha é menor em face da disposição de luta de todas as camadas da população, da combatividade dos estudantes, do espírito de contestação que domina grande parte da hierarquia da Igreja e, principalmente, da serenidade com que a classe operária se bate pelos seus objetivos imediatos, integrados numa estratégia unitária que visa ao derrubamento do Estado fascista.

Diariamente, os operários, os estudantes, os intelectuais, os mineiros espanhóis — entre os quais é apreciável o número de padres e de militantes católicos leigos — oferecem à opinião pública internacional exemplos de coragem e de dignidade verdadeiramente reconfortantes.

Todos nós, antifascistas portugueses, somos particularmente sensíveis à grande lição que nos vem da Espanha. Devemos, porém, antes de mais saber interpretá-la correctamente. Sejamos claros. Não faltam em Portugal adversários confessados do regime que se apressam a desvirtuar o significado profundo do que se está passando em Espanha. Referimo-nos aos eternos conciliadores. Segundo certos anti-salazaristas (o nome ficou) a nova e esperançosa etapa que a Espanha está vivendo é o resultado directo de uma estratégia de habilidades em que os avanços realizados seriam fruto de concessões obtidas, pouco a pouco, do Poder franquista. E aponta-se o caso específico da Lei de Imprensa cuja outorga por Franco teria permitido um diálogo relativamente profundo entre todos os espanhóis.

Repelimos a explicação e as suas intenções. Em primeiro lugar deve-se salientar que a supressão oficial da Censura foi uma conquista do povo espanhol, o desfecho de uma luta por ele travada. Mas a verdade é que a situação não se alterou em profundidade. O domínio do capital monopolista sobre a imprensa de Madrid e Barcelona, o controle da Opu Dei sobre muitos jornais e sobretudo o sistema de multas e punições (o "Madrid" foi suspenso por muitas semanas) impediram sempre que as garantias de uma relativa liberdade de imprensa se concretizassem. Aliás, logo que o movimento estudantil e as greves operárias atingiram um nível superior, a Censura previa foi restabelecida. O "estado de excepção" foi a resposta natural de Franco, porta voz da oligarquia terratenente e da ala direita do exército, à vaga de reivindicações democráticas do povo espanhol.

A lição da Espanha é importante e proveitosa. Mas não se acha em manobras de submissão e no diálogo com o poder fascista. Encontramo-la, límpida e exaltante, no espírito revolucionário dos operários, na bravura dos estudantes, na coragem com que os intelectuais desafiam Franco e a sua camarilha. É perante a Espanha que se bate nas fábricas da Viscaia e da Catalunha, nas minas das Asturias, nas Universidades de Madrid e Barcelona, nos campos de Castela e Aragão, perante essa Espanha que os antifascistas portugueses se curvam, tomando-a como exemplo, e não perante a Espanha dos conciliabulos dinásticos e das esperanças liberalistas. A radi-

# A GUERRA COLONIAL E OS PLANOS DA "SANTA ALIANÇA"

BASIL DAVIDSON

"Um indício que permite avaliar até que ponto se estende a guerrilha é o esforço de Portugal. No ponto em que se encontram as coisas atualmente, os exércitos portugueses que combatem em Angola, Moçambique e Guiné-Bissau não contam menos de cem mil homens vindos da metrópole, provavelmente ainda mais. Guardadas as proporções, essa cifra equivale a um exército de dois milhões de americanos no Vietnam. E no entanto, quem quer que leia regularmente os comunicados de guerra portugueses, quer se trate de Angola, de Moçambique ou da Guiné, logo se convencerá que essas forças relativamente enormes mal conseguem manter as suas posições nos dois primeiros territórios, e nem a isso chegam no terceiro. O confronto, portanto, é sério. O ritmo acelera-se. Uma após outra, as regiões são contaminadas. Do lado dos brancos, é por demais evidente. Mas o que se passa no outro lado, no lado obscuro da guerrilha, entre os guerrilheiros quase inacessíveis, ocultos nas florestas?"

## MOVIMENTOS NACIONALISTAS QUE SUPERARAM QUASE TODOS A SUA CRISE DE CRESCIMENTO

(...) Tendo-se iniciado com realizações modestas, a FRELIMO já no começo de 1968 era um movimento político atuante no interior, desenvolvendo atividades mais ou menos intensas em cada uma das nove províncias de Moçambique, e dotado dum poderoso instrumento de combate que se podia gabar, a justo título, de dominar os portugueses nas regiões rurais de Cabo Delgado e Niassa, como eu próprio pude verificar. Em abril último, levou o seu esforço militar também à província de Tete, particularmente importante no plano estratégico a sudoeste e ao sul do Malawi. Tornava-se evidente que era chegada a hora de reorganizar a sua estrutura. Criada em 1962 pelos dirigentes no exílio, contava no começo com vinte membros no comité central; a sua composição tinha-se modificado na sequência de novas nomeações ou de mudanças de titulares que se verificavam de tempos a tempos. Impunha-se claramente uma renovação, para dar lugar a elementos novos que se tinham imposto como chefes no interior do país e ao mesmo tempo para preparar um instrumento mais eficaz de coordenação política entre os grupos do interior e entre esses mesmos grupos e o comité central.

Tinha-se a impressão, por outro lado, que ele sofria os efeitos de certas tensões "herdadas do exílio" dos primeiros anos. As relações com as autoridades tanzanianas tinham-se alterado, não nos escalões superiores mas em certos setores. No interior, era evidente a necessidade de lançar iniciativas de maior amplitude em direção ao sul, a partir das províncias de Cabo Delgado e Niassa. Além disso, em Cabo Delgado, tinha-se esboçado uma cisão de tipo "tribal" entre os chefes políticos mais velhos; os elementos mais jovens — comandantes como Raimundo, Alberto, Joaquim e os seus auxiliares — viram-se na necessidade de a condenar em termos eloquentes: era, apesar de tudo, um sinal de fraqueza da organização.

Assistindo aos debates constatei que o congresso enfrentou esses problemas de crescimento. A equi-

pe dirigente foi reeleita, o que significou um triunfo para Mondlane e uma homenagem à sua crescente popularidade, e a composição do comité central foi aumentada para quarenta membros, enquanto se procedia a modificações de estrutura. A ameaça de cisão em Cabo Delgado foi eliminada no decorrer do congresso e nos dias seguintes, após dramáticos confrontos em que Mondlane e seus colegas saíram vencedores incontestados. Apesar de outras decisões ainda não terem sido postas em prática, pode-se dizer que a FRELIMO saiu do congresso reforçada, mais eficiente, e dotada dum arma com o gume mais afiado.

Levando em conta a diferença de circunstâncias, podia dizer-se quase o mesmo do único movimento autêntico de resistência existente em Angola, o M.P.L.A. (Movimento Popular de Libertação de Angola). A sua ação foi prejudicada durante muito tempo por lutas de eliminação recíproca com a sua rival, a U.P.A. de Holden Roberto, hoje inteiramente inativa. O M.P.L.A. encontrou um novo alento em 1966, ao abrir uma nova frente de operações nas províncias orientais de Cuando-Cubango e de Moxico. Tal como os seus paralelos de Guiné-Bissau e de Moçambique, a M.P.L.A. já saiu da sua fase inicial de instalação.

## UM SINAL DE MATURIDADE

O Dr. Agostinho Neto, poeta kimbundu e médico, que mais que qualquer outro é o verdadeiro fundador do nacionalismo moderno em Angola, declarou-me no decorrer dum longa entrevista no verão passado que o M.P.L.A. tinha passado à ação em duas novas províncias, Bié e Malange. O Dr. Agostinho Neto tem a reputação de homem prudente. Mas mesmo se duvidarmos das suas palavras, os comunicados de guerra portugueses dão-lhes crédito: apesar de pobres em pormenores, o seu teor geral deixa entender que existe um extenso foco de guerrilha. O Dr. Agostinho Neto revelou também que as retaguardas do M.P.L.A. — com a exceção de certos escritórios cuja função é assegurar o encaminhamento de abastecimentos e os contactos com o mundo exterior — se encontram atualmente instaladas no interior das províncias do centro-leste já mencionadas, outro sinal da maturidade da sua organização. O facto foi aliás confirmado pelo meu velho amigo Dr. Américo Boavida, outro médico kimbundu, que está atualmente encarregado dum hospital e de clínicas no interior, a vários dias de marcha da fronteira da Zâmbia. Encontrei-o um dia por acaso na África Oriental, onde ele supervisionava a organização do abastecimento médico.

Parece pois incontestável que estes dois movimentos, tal como o seu equivalente da Guiné-Bissau, estão hoje bem implantados em vastas regiões de Moçambique e de Angola, de onde os portugueses não conseguiram de modo algum desalojá-los apesar da poderosa ajuda dos seus bombardeiros. Quanto ao P.A.I.G.C. (Partido Africano da Independência da Guiné e de Cabo Verde) não resta qualquer dúvida de que ele mantém a iniciativa na totalidade do território da Guiné-Bissau, e que nos podemos deslocar sem perigo dum ponta à outra do país sem sairmos da parte do território que ele controla (eu não o fiz, mas penetrei numa distância suficientemente longa em 1967 para me convencer de que era fácil fazê-lo, provavelmente em menos de 14 dias).

## A NOVA ESTRATÉGIA DE PRETORIA: PENETRAR PELO NORTE ATÉ AO KATANGA

(...) Que se passa no outro campo? Grosso modo, existe uma aliança informal mas eficiente entre a África do Sul, Portugal e o regime rebelde da Rodésia, que beneficia do apoio de poderosas correntes de opinião nos Estados Unidos e na Europa ocidental. Mas o "outro campo" é essencialmente

a própria África do Sul, gigante económico em relação aos outros países do continente, e governado por homens que avaliam os dados da sua situação com um espírito perspicaz e calculador.

Prestou-se pouca atenção às mudanças subtis mas importantes operadas na política dos dirigentes da África do Sul, ao longo dos seis últimos anos. Antes era tradição os homens de Pretória contentarem-se em "defender a fortaleza branca" — a África do Sul e o Sudoeste Africano — ao mesmo tempo em que usavam o seu dinheiro para tentar construir relações aceitáveis com o resto do mundo.

Durante muito tempo, esta atitude pareceu garantir à África do Sul relativamente tão forte tanto interna como externamente, tão resistente à mudança, tão sólida e tão estável — perspectivas quase ilimitadas de desenvolvimento interno, sobre a base da discriminação racial mais draconiana possível. Quem poderia imiscuir-se nessa questão? Quem poderia ter a pretensão de vir a pôr em causa o status qui? Era sem dúvida uma forte posição de defesa. Acontece que a política sul-africana atual é completamente diferente do que era no começo desta década. Os seus dirigentes passaram da defensiva a uma nova política ofensiva em todo o sub-continente. Na origem desta modificação fundamental estão três fatores.

Em primeiro lugar existe a convicção crescente de que o poderio económico da África do Sul seria melhor aproveitado se abrangesse um mercado muito mais vasto — incluindo fontes de matérias primas como o petróleo de Angola — dentro dum forma de mercado comum dominado por Pretória e Johannesburg. Em segundo lugar, o facto de esta evolução de mentalidade ter sido ajudada pelos êxitos do nacionalismo africano na África Central e até mesmo, mais recentemente, pelo desenvolvimento da resistência armada dos Africanos em Angola e Moçambique, e atualmente na Rodésia. Há duas espécies de nacionalismo: o que pode ser comprado e o outro, dum terceiro fator é a rebelião dos colonos da Rodésia e a necessidade em que se encontra a África do Sul, no caso de esta rebelião sobreviver, de ampliar a sua influência para o norte e colocar essa mesma Rodésia sob sua proteção, fazendo dela um satélite político e económico.

## A ALIANÇA DOS BRANCOS

A nova política ofensiva assumiu duas formas essenciais a partir de 1962. Primeiro tomou a forma de colaboração regular com Portugal e com a Rodésia, ainda antes do golpe de Estado dos colonos em 1965. A reunião de Salisbury em fevereiro de 1962, entre membros do estado maior da segunda região aérea portuguesa e seus homólogos da força aérea da Rodésia, parece ser o marco inicial da viragem. A partir de então parecem ter sido frequentes encontros semelhantes com militares sul-africanos, assim como ao nível de estados maiores inter-armas.

No plano formal, as partes estão no direito de negar a existência dum aliança; mas no plano prático ela existe efetivamente e funciona de semana a semana. Muitos fatos o confirmam. Deixando de lado o fato reconhecido da presença de "policiais" sul-africanos na Rodésia, onde participam em operações contra a guerrilha, deve-se mencionar a sua presença em Moçambique e provavelmente em Angola. Um jornal sul-africano dava conta recentemente da presença dum batalhão de "policia" sul-africano no local da grande represa que se projeta construir em Cabora-Bassa, na província de Tete em Moçambique, ao mesmo tempo em que Francisco Manganja, comandante da FRELIMO nesta província, me fornecia pormenores sobre outras unidades sul-africanas em quatro pontos, designadamente Chicova e Furancungo. É quase certo, por outro lado, que a aviação sul-afri-

cana patrulha o leste de Angola a partir da sua base avançada de Mpacha, a 15 quilómetros ao sul da fronteira da Zâmbia, na zona chamada "faixa de Caprivi" onde, diga-se de passagem, os sul-africanos assinalam também a presença ativa de guerrilheiros.

## REALIZAR A "UNIDADE DO SUB-CONTINENTE"

Esta estratégia dirigida para o norte distante reflete uma teoria política que visa estabelecer a "unidade do sub-continente". Política difícil de definir mas da qual se pode dizer que prevê a inclusão sistemática de todo o sub-continente num mercado comum sul-africano sob a égide e controle de Pretória. Idéias como essa conciliam-se facilmente com uma política inteligentemente realizada de extensão do "desenvolvimento separado" a vastas populações negras cujo "nacionalismo" não carece ser negado. Dentro do seu próprio território, Pretória já está preparando a criação de diversos "Bantustans" pseudo-independentes, destacadamente o Transkei, O Lesotho, o Botswana e a Suazilândia, que acederam formalmente à independência, são considerados como três candidatos a esse estatuto de cliente. Se a rebelião da Rodésia conseguir impor-se e as sanções forem retiradas, afirma-se que a mesma política de partilha, deixando aos brancos o controle de todas as cidades e de toda a potência industrial, poderia ser estendida ao norte do Limpopo, na Rodésia, e talvez eventualmente a Angola e Moçambique.

Além de tudo isso, e apesar de não se admitir publicamente tal possibilidade, fala-se também em cercar a Zâmbia, em circundar a Tanzânia e reduzir estes dois países ao estado de satélites docéis como o Malawi, e em seguida de estender esta política ao Katanga. Neste caso, evidentemente, o mercado comum sul-africano seria uma força com a qual se deveria contar. E de certos pontos de vista, particularmente se se considerar a debilidade económica da África independente e o fracasso das suas tentativas de unidade,

tais objetivos a longo prazo parecem ter um futuro promissor. Porém, com uma condição indispensável: que o nacionalismo africano seja neutralizado. Comprado, ou reduzido à submissão como acontece no Malawi, ou então batido militarmente em Angola, em Moçambique e talvez na Rodésia.

Pretória dispõe de muitos trunfos. O seu esmagador poder económico na região; a sua grande superioridade tecnológica, que pode servir tanto a paz como a guerra; a certeza de beneficiar do apoio dos centros financeiros do mundo ocidental. Não são vantagens que se possa desprezar. Mas tem também um calcanhar de Aquiles, e sabe disso: uma fatal escassez de homens válidos cuja lealdade esteja assegurada.

Grosso modo, nas vastas regiões contestadas a oeste e ao sul do Zambeze, contam-se vinte e nove milhões de africanos e menos de quatro milhões de brancos. Observando esse fato mais de perto, a situação parece ainda mais difícil, uma vez que os brancos susceptíveis de serem mobilizados militarmente durante um longo período (não confundir com os exercícios do género "operações de polícia" organizados nos fins de semana) desempenham quase todas funções essenciais para a economia sul-africana, ocupando empregos bem pagos e cuja manutenção é dispendiosa. Mesmo a maior parte dos que poderiam ser chamados de urgência teriam de ficar dentro das fronteiras para guarnecer um país constantemente à beira de perturbações mais ou menos violentas.

Esta vulnerabilidade no domínio dos homens disponíveis está momentaneamente atenuada pelos esforços de dez milhões de portugueses na Europa, que mantêm pelo menos oitenta mil soldados da metrópole em Angola e Moçambique. O que se passa em Portugal é portanto decisivo para o futuro das ambições de Pretória.

(Basil Davidson, in "Le Monde Diplomatique", Paris, Novembro de 1968).

## Greves na Ford e na General Motors

No momento de fecharmos esta edição não tínhamos ainda notícias dos nossos correspondentes sobre as últimas greves desencadeadas em Lisboa e que paralizaram duas empresas americanas: a Ford e a General Motors. Publicamos por isso o telegrama que a agência Reuters distribuiu à imprensa em São Paulo sobre o assunto:

LISBOA, 13 (Reuters) — Centenas de operários portugueses entraram em greve esta semana aqui, exigindo salários mais altos, segundo informaram hoje nesta capital fontes bem informadas. A imprensa local não publicou, entretanto, notícia alguma a respeito do movimento, não obstante as greves terem principiado segunda-feira. Todas as greves, assinala-se, são proibidas pela lei em Portugal.

De acôrdo com as citadas fontes, a General Motors e a Ford foram duas das empresas que viram as suas actividades paralizadas. Cerca de 1.000 operários das firmas que realizam a montagem de peças de automóveis, nos arredores de Lisboa, reivindicaram um aumento de 20 escudos diários, extensivo a todas as categorias do pessoal, exigindo também pagamento integral ao sabado quer trabalhem quer não.

## RÁDIO VOZ DA LIBERDADE

Ouça a emissora da Frente Patriótica de Libertação Nacional às quartas e sábados, a partir das 01,15 (hora de Portugal) em ondas curtas de 25, 31 e 49 metros e médias de 230 e 320 metros

UMA EMISSORA A SERVIÇO DO POVO PORTUGUÊS

## ANTÓNIO SÉRGIO

JOAQUIM BARRADAS DE CARVALHO

Faleceu em Lisboa aos 85 anos de idade um dos maiores vultos da cultura portuguesa de todos os tempos. António Sérgio de Sousa, de seu nome completo, nasceu em Damão, na Índia Portuguesa, em 3 de setembro de 1883, filho do Visconde António Sérgio de Sousa que ali era então Governador. Tendo seu pai sido transferido para África, como Governador do Congo Português, António Sérgio ali viveu até aos 10 anos de idade. Seguindo uma tradição de família, ingressou na Armada Portuguesa, vindo a abandonar a carreira, já como Oficial da Marinha, em 1910. Passando então a dedicar-se às Letras, na sua aceção mais ampla, funda em 1918, e passa a dirigir, a revista *Pela Grei. E'*, pela mesma época, um dos fundadores da *Renascença Portuguesa*, cujo órgão, *A Águia*, dirige e mantém, na companhia de homens como Jaime Cortesão e Raúl Proença. Pouco depois entra para o corpo directivo da revista *Seara Nova*, e faz parte do conhecido *Grupo da Biblioteca Nacional*, na companhia de, entre outros, Jaime Cortesão, Raúl Proença, Aquilino Ribeiro, Raúl Brandão. É ainda por esta época um dos criadores da revista *Lusitânia*. Em 1923, no Ministério de Álvaro de Castro, é Ministro da Instrução Pública. Dois meses depois demitia-se por incompatibilidade com os grupos políticos que dominavam a República nascida em 1910. As reformas de estrutura propostas por António Sérgio eram menosprezadas pelos partidários da absoluta prioridade ao político... Com a eclosão da ditadura proveniente do golpe militar de 28 de maio de 1926, António Sérgio, para escapar à prisão, vê-se constrangido a fugir para França, onde, em Paris, vive 7 anos de exílio, mantendo relações com alguns dos maiores vultos intelectuais do tempo, entre eles o célebre físico Paul Langevin. Em 1933, ministra um curso de História de Portugal em Santiago de Compostela, e tendo beneficiado então de uma amnistia, volta a Portugal. Mas pouco depois da sua chegada a Lisboa é preso. Passa 8 meses na prisão, depois de um longo período de incomunicabilidade. Em seguida é expulso do País, e vai viver o seu segundo exílio em Madrid, até que nova amnistia permite a sua volta à Pátria. Foi então, nos anos que se seguiram, um grande mestre da juventude portuguesa. Pelo exemplo, pela palavra falada e pela palavra escrita. Foi em 1953 o Presidente da Comissão Promotora do Voto. E, se considerarmos a sua participação na vida cívica e política portuguesa de 1940 a 1960, verificamos que o António Sérgio dos 60, dos 70, ou mesmo dos 80 anos, foi sempre o mesmo espírito jovem, abnegado, generoso, extremamente corajoso. Desde o Movimento de Unidade Nacional Anti-Fascista (M.U.N.A.F.), clandestino, desde o Movimento de Unidade Democrática (M.U.D.), em 1945, até à sua última prisão, em 1958, na companhia de Jaime Cortesão, Mário de Azevedo Gomes, Vieira de Almeida, passando pela candidatura Norton de Matos ou Quintão Meireles à Presidência da República, pela grande campanha eleitoral à Presidência da República do General Humberto Delgado, passando por todas as tentativas clandestinas e mesmo insurreccionais, para o derrubamento da Ditadura Salazarista — em todos esses movimentos esteve sempre o cidadão António Sérgio, com a sua juventude, o seu entusiasmo puro, e por isso mesmo

também, às vezes, com a sua candura...

É este homem de irrepreensível civismo, este discípulo, às vezes cândido, de Antero de Quental, partidário de uma democracia socialista, cujo socialismo se efectivaria através de um cooperativismo integral, que foi um dos maiores, entre os maiores expoentes da cultura portuguesa de todos os tempos. A sua obra cultural é imensa na qualidade e na repercussão. O António Sérgio ensaísta é o maior ensaísta da história da cultura portuguesa. O crítico literário, o pensador, o filósofo, o pedagogo, surgem como o que de melhor existe em Portugal nesses domínios. Num lugar à parte, entretanto, deve ser colocado o ensaísta da História, da História de Portugal, como ele tanto gostava de catalogar. Mas que estranho ensaísta da História que nos vai dar a conhecer — como ninguém antes o tinha feito, nem um Herculano, nem um Oliveira Martins, nem o Antero d'As Causas da Decadência... —, as linhas directivas, as linhas específicas de evolução e de revolução da história de Portugal. Falamos aqui do ensaio sobre *A Conquista de Ceuta*, do ensaio sobre *As Duas Políticas Nacionais*, do ensaio sobre *O Reino Cadavérico ou o Problema da Cultura em Portugal*, do estudo *Sobre a Revolução de 1383-85*, do Opúsculo *Em torno da designação de moarquia agrária dada à primeira época da nossa história*, da sua pequena, mas sempre viva *História de Portugal*, em espanhol, publicada na coleção *Labor*, em 1929, escrita no seu exílio de Paris, e que é ainda hoje o melhor livro de conjunto sobre a história de Portugal. Tanto no que diz respeito à definição das linhas mestras, específicas, da estrutura económico-social portuguesa na sua história, como no que diz respeito à definição das mesmas linhas mestras, específicas, da estrutura cultural e mental portuguesa na sua história, António Sérgio ocupa um lugar que ainda não foi superado, nem talvez sequer igualado. Poderemos talvez dizer, sem pelo menos grande exagero, que a interpretação global da história de Portugal, a explicação de Portugal no seu complexo conjunto, sofreu até hoje duas rupturas claras, bem marcadas. A primeira está ligada à passagem da *Crónica à História-Ciência*, com a obra de Alexandre Herculano. A segunda está ligada à descoberta por António Sérgio da importância da costa portuguesa, dos portos dos descobrimentos marítimos, de um género de vida nacional alicerçado numa burguesia comercial e cosmopolita. É assim que talvez seja possível afirmar que existe uma História Científica da sociedade portuguesa *ante António Sérgio*, e existe uma História Científica da sociedade portuguesa *post António Sérgio*.

E, paradoxo supremo este grande ensaísta da História, este grande historiador — dizemos nós contrariando a bem paradoxal modestia do próprio —, realizou a sua grande obra nas condições, pelo menos aparentemente, mais desfavoráveis: intensa actividade cívica e política, exílios, prisões, perseguições, proibição e apreensão de obras suas — *Antígona* foi apreendida... retirada do mercado Democracia foi proibida quando já estava na 5.ª edição, a obra pela qual António Sérgio mais lutou, a ampliação em 6 volumes da sua pequena *História de Portugal* da coleção *Labor*, veio a ter o seu curso interrompido logo depois da publicação do 1.º volume, a *Introdução*

*Geográfica à História de Portugal*, apreendida nos primeiros dias em que apareceu nas montras das livrarias de Lisboa. Mas aquilo a que chamamos "paradoxo supremo" tem talvez a sua explicação. António Sérgio, além de nos revelar as linhas mestras da nossa história, esteve ele próprio, sempre, também, pela sua coragem, pelo seu elevado civismo, pela sua participação na vida política, no sentido, na linha mestra, de evolução da nossa história. Foi Herculano quem escreveu, um dia: "Em Portugal o despotismo é moderno e a liberdade antiga".

Dos carrascos da Pátria não rezará a nossa história. Ela rezará daqueles que a compreenderam e que a fizeram.

Solidariedade  
à FRELIMO

Logo que no Brasil foi conhecido o criminoso atentado contra o dr. Eduardo Mondlane, a Comissão de Redacção do nosso jornal dirigiu ao Comité Central da FRELIMO a seguinte mensagem:

Prezados Companheiros, Interpretando os sentimentos de indignação dos democratas portugueses do Brasil ante o monstruoso assassinio do Presidente da FRELIMO, vimos manifestar-vos, nesta hora sombria para toda a África, a nossa integral solidariedade com a luta do povo moçambicano, na certeza de que todas as manobras divisionistas e todos os crimes concebidos e realizados pelo colonialismo e pelo imperialismo não abaterão o ânimo dos heroicos combatentes da FRELIMO e a unidade admirável que está na origem de todos os vossos êxitos.

Eduardo Mondlane pertence já à história da África e das grandes lutas de libertação nacional do nosso século. Que o seu exemplo magnífico possa guiar-vos no combate que travais pela independência da vossa pátria e que esse combate dê, dia a dia, força de evidência à certeza por ele expressa no II Congresso da FRELIMO de que todos os moçambicanos se acham unidos na mesma vontade de ser livres, de trabalhar conjuntamente e de, juntos, conquistarem a sua liberdade, são os nossos calorosos votos.

Saudações fraternais  
A Comissão de Redacção  
Augusto Aragão, Francisco Vidal, Joaquim Barradas de Carvalho, Helder Costa, Manuel Moura, Miguel Urbano Rodrigues e Vitor Ramos.

OUÇA A RÁDIO  
PORTUGAL LIVRE

Diariamente das 8 às 8,30 em 50 metros; das 20 às 20,30 e das 22,13 às 22,43 em 32 metros; e das 0,30 às 0,50 em 36,40 e 43 metros. Aos domingos das 13 às 13,30 em 19,20 25 e 26 metros.

UMA EMISSORA A  
SERVIÇO DO POVO  
PORTUGUÊS

Frente de Cabinda — Um dirigente do M.P.L.A. dirige-se ao destacamento que vai partir em missão de combate.

## ANGOLA 1968

CASTRO LOPO

Entrou no seu nono ano a luta de libertação do povo angolano. O momento é pois indicado para fazer a análise retrospectiva do movimento revolucionário, e alinhar para o leitor as perspectivas futuras.

Em 1963, prometia o estado-maior português que os "bandoleiros confinados às suas zonas de refugio" seriam esmagados dentro de meses. Nessa ocasião tudo parecia aliás reforçar o optimismo de Lisboa. O movimento revolucionário vivia na época horas das mais sombrias: o MPLA saía lenta e penosamente de uma grave crise de direcção que paralizou quase

bombas de napalm nos depósitos sul-africanos, os oficiais portugueses deslocavam-se ali para se adaptarem às técnicas modernas de luta anti-guerrilha, com oficiais sul-africanos e técnicos alemães.

Alguns anos e não meses se passaram. Findo o ano de 1968, que mais garantias pensam os generais portugueses dar ao seu povo? A resposta mais lapidária é-nos dada pelo ministro do exército, que depois de uma visita de três semanas a Angola, em Dezembro último, declarava à sua chegada a Lisboa: "Em Angola morreu-se, é-se ferido, fica-se es-

O exército mais importante  
de Africa incapaz de  
assegurar o controle da  
colónia ante a  
ofensiva nacionalista

totalmente a sua actividade tanto no interior como no exterior de Angola. Expulso de Kinshasa, instalava-se em Brazzaville, onde a sua actividade militar era praticamente interdita pelo governo de Fulbert Youlou. A contra-revolução, essa parecia vitoriosa, firmemente apoiada por Kinshasa, lograva obter o reconhecimento do seu "governo no exílio" pela Organização de Unidade Africana. Ao mesmo tempo, desencadeava a caça ao homem em Kinshasa, onde os militantes do MPLA eram detidos em pleno dia mesmo na capital, por patrulhas mixtas do exército nacional congolês e da segurança de Holden Roberto. Arrastados em seguida para os campos de concentração do "governo no exílio", muitas dezenas foram torturados e mesmo assassinados nos tristemente célebres campos de extermínio de Kinshasa e Kamuna.

Por seu lado, as tropas portuguesas aumentavam os seus efectivos de 30.000 para 45.000 homens e as despesas de guerra progrediam em igual proporção: 128,4 milhões de dólares contra 86 milhões em 1963. Falava-se então nos melos políticos e militares portugueses em "guerra especial", "pacificação" e "acção psicológica". Portugal e a África do Sul iniciavam uma colaboração mais ou menos aberta, a aviação portuguesa reabastecia-se em

tropiado. Esta é a realidade que a Nação deve ter presente".

MAIS SANGUE, SUOR E  
LAGRIMAS... E A GUERRA  
GENERALIZA-SE

É esta a realidade que o povo português deve ter presente. Em 1961 a insurreição popular fixava-se nos distritos de Luanda, Cuanza-Norte Zaire e Uige, em 1963 e 1964 sofria um sensível retrocesso. Mas em 1967 a luta ganhou novo alento, e hoje destacamentos de guerrilheiros do MPLA fortemente armados e treinados controlam áreas enormes em 9 dos 15 distritos angolanos, sensivelmente um terço do território. E todavia os efectivos e as despesas de guerra portuguesas não cessaram de aumentar, elevando-se os primeiros a 70.000 homens, as despesas para 224,6 milhões de dólares (contra 126,4 em 1965).

O ano de 1968 foi assinalado pela abertura da IV região do MPLA, que foi constituir com os distritos de Moxico e Cuando-Cubango uma vasta frente de combate que as tropas coloniais se revelam incapazes de controlar. Esta frente foi recentemente visitada por cineastas e jornalistas estrangeiros, por ocasião da conferencia regional de quadros ali realizada em agosto de 1968.

No Leste, após a ofensiva da

(Continua na pág. 6)

# Pela amnistia e contra a repressão

## Alda Nogueira e Ligia libertadas

Alda Nogueira e Ligia Calapez acabam de conquistar a liberdade. Os esforços conjugados de quantos em Portugal e no exterior lutam incansavelmente pela libertação dos presos políticos, alcançaram mais esta nova e importante vitória.

Alda Nogueira, a mais antiga prisioneira, que contava já 10 anos de prisão e a jovem Ligia Calapez, cujo estado físico nunca mereceu dos carcereiros os cuidados que o mesmo exigia e, em consequência disso, sai da prisão com a saú-

de abalada para toda a vida, encontram-se agora entregues ao carinho dos seus familiares e numerosos amigos.

"Portugal Democrático" saúda as duas valentes democratas e regozija-se com o êxito alcançado pelo movimento nacional e internacional pela Amnistia, no qual se integra. Apela ainda para os seus amigos e leitores para que redobrem de esforços no sentido de ajudarem a arrancar das prisões fascistas as centenas de patriotas que ali continuam detidos.

## Solidariedade alemã

O Conselho Central da Juventude Livre Alemã, em no-

me de milhões de jovens e estudantes da R.D.A. dirigiu, recentemente, um telegrama ao chefe do governo português protestando contra as perseguições e represálias de que são vítimas os jovens e estudantes portugueses, manifestando ainda a sua indignação pelo assassinato do estudante Daniel de Souza Teixeira.

Também a Federação dos Sindicatos Livres Alemães, por ocasião das comemorações da Proclamação dos Direitos do Homem, endereçou ao chefe do governo fascista, Marcello Caetano, um telegrama exigindo o restabelecimento das liberdades democráticas em geral e os direitos sindicais, assim como uma completa amnistia para todos os presos políticos portugueses.

(Continuação da pág. 5)

época seca, que visava particularmente impedir a progressão dos combatentes para novas regiões, as tropas portuguesas atacadas consecutivamente nas poucas vias de comunicação transitáveis, foram forçadas a abandonar enormes regiões e a concentrar-se em algumas dezenas de localidades fortificadas. Afastadas por vezes centenas de quilómetros umas das outras, sem comunicações seguras, as tropas coloniais portuguesas limitam-se a curtas expedições punitivas sobre as aldeias nativas matando o gado, queimando os campos agrícolas: o seu objectivo é subtrair as populações à influência dos nacionalistas, para o que as obrigam a instalar-se em verdadeiros campos de concentração rodeados de arames frapados, nos arredores dos quartéis.

A principal tarefa de destruição foi porem deixada à aviação, que procura sistematicamente arrazar as aldeias mais distantes, utilizando largamente o napalm, o fósforo e produtos tóxicos destinados a destruir as colheitas.

Mas esses métodos terroristas não tiveram sobre a população o efeito esperado. Em todo o vasto Leste, são por dezenas de milhares os angolanos que abandonam as "aldeias estratégicas" para reconstruir os seus lares nas zonas controladas pelos destacamentos do MPLA.

## VIDA NOVA NUMA ANGOLA LIBERTADA

São pois cada vez mais vastas e mais povoadas as zonas controladas pelos guerrilheiros, encontrando-se instalada algures no interior a quase totalidade da direcção do MPLA. A medida que o dispositivo de defesa anti-aérea é melhorado, vão também rareando as expedições portuguesas, que não primam pela combatividade. Não que o soldado português seja covarde: ele provou em mais de uma ocasião que pode ser um dos melhores soldados do mundo quando se trata de defender a sua terra natal. É mais uma atitude subconsciente de negação, de recusa em arriscar a vida por uma guerra que não é sua.

Pouco a pouco, lenta mas seguramente reorganiza-se a vida nas zonas controladas. Situação nova que, confrontou as forças combatentes, cuja missão principal continua a ser a intensificação e generalização da luta, com os múltiplos problemas da vida dos tempos de paz: problemas de ordem administrativa, sanitária e escolar, que levaram a direcção a lançar um apelo a todos os quadros angolanos no exterior, chamados assim a colaborar na construção da ANGOLA NOVA. Estudantes em fim de curso, quadros já experimentados espalhados pelo mundo, direcções das organizações de massas tais como a UNTA (trabalhadores) OMA (mulheres) e UEA (estudantes), responderam entusiasticamente ao apelo e muitos se encontram já no Leste, empenhados nas tarefas múltiplas que os esperavam. O entusiasmo substitue por vezes a experiência, os erros são aceites como inevitáveis mas corrigidos e o trabalho recomeça de novo nessa Angola nova, terra dos nossos pais pela qual tanto sangue já foi vertido.

Multiplicam-se os armazéns do povo, criam-se cooperativas de produção, estimula-se o trabalho agrícola. Nos armazéns do povo nada é gratuito. Libertar mas educar: assim os produtos agrícolas são trocados nos armazéns do povo por sal, panos, enfim, os artigos mais essenciais que são a dádiva

dos povos para quem a solidariedade não é palavra vã.

Nas escolas, nos centros de instrução revolucionária criados nas zonas controladas, uma geração nova de jovens abre os olhos para o mundo. Não se ensina ali o ódio: cada jovem aprende que combatemos contra portugueses mas não contra o povo português. Fala-se ali do povo português acorrentado, na PIDE que tanto mata brancos em Portugal como negros em Angola, na Guiné e em Moçambique. Fala-se das dezenas de milhares de portugueses exilados, dos jovens que fogem de Portugal para não tingir as suas mãos no sangue de inocentes.

A seguir: CABINDA, SANGUE & PETROLEO

## NOTAS E COMENTARIOS

(Continuação da pág. 3)

calização das massas não nasceu, não podia nascer, da capitulação.

## O regresso dos exilados

O movimento pelo regresso ao país dos milhares de patriotas que se viram forçados ao exílio para continuarem, em liberdade, o combate à ditadura fascista e ao colonialismo, ganha novas dimensões. Começa a esboçar-se a organização do apoio popular àquela iniciativa, dando assim ao movimento um conteúdo mais profundo e mais amplo.

Os milhares de participantes da sessão comemorativa do 31 de Janeiro, que teve lugar no Coliseu do Porto, aderiram entusiasticamente à campanha dos estudantes, que há meses vêm reclamando junto das autoridades fascistas e das autoridades académicas o retorno ao país dos professores exilados, nomeadamente, do Professor Ruy Luis Gomes. Os manifestantes aglomerados no Coliseu do Porto, ao gritarem o nome de Ruy Gomes, transformaram a exigência estudantil em reivindicação nacional e erigiram o eminente Professor e grande democrata em símbolo dos desterrados.

Não basta porém aderir a uma ideia ou aplaudir uma reivindicação para que a mesma se torne vitoriosa ou seja satisfeita. A campanha pelo regresso dos exilados, tal como a luta pela amnistia aos presos e perseguidos políticos, deve ser organizada interna e externamente, de modo a obrigar o governo a ceder à vontade popular. As comissões pelo retorno dos exilados, já constituídas no sector estudantil, outras se devem suceder, abrangendo todas as camadas da população. Poucas são as famílias portuguesas que não têm um dos seus no exílio por dizerem não à guerra colonial ou pelo seu combate à ditadura. Há portanto, que mobilizar as famílias dos exilados. Também no exterior, os Comités pela Amnistia aos Presos e Exilados Políticos e outras organizações solidárias com os democratas portugueses, têm um papel a desempenhar na campanha pelo retorno dos

(Cont. na página seguinte)

## O encerramento da Faculdade de Direito

Por não havermos ainda recebido notícias dos nossos correspondentes sobre o encerramento da Faculdade de Direito de Lisboa, publicamos abaixo o telegrama que a agência noticiosa americana United Press distribuiu à imprensa brasileira sobre o importante acontecimento, no dia 15 de novembro:

LISBOA (UPI) — Polícias armados de metralhadoras guarnecem hoje a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, depois de terem ocupado ontem à noite o prédio, por ordem do Governo, expulsando todos os estudantes que se encontravam no interior do edifício. Uma nota oficial distribuída hoje pelo Governo esclarece que as autoridades decidiram fechar a Faculdade, em consequência "dos graves incidentes que ocorreram nos últimos dias" na associação dos estudantes. A Polícia, antes da invasão, cercou o prédio, sendo de assinalar que as forças que nele penetraram depois estavam fortemente armadas.

Fontes estudantis informaram que o motivo da ocupação da Faculdade foi uma assembléia durante a qual foi aprovado o pedido de afastamento do prof. Paulo Cunha, acusado de ser "despótico" com os alunos. O verdadeiro motivo foi outro: o Governo, provavelmente, teve medo de que um ciclo de Conferências sobre a guerra acabasse por tocar na luta das forças coloniais portuguesas contra os guerrilheiros, em Angola, Moçambique e Guiné. Os estudantes de Direito, no início da semana, haviam inaugurado uma grande fotografia do dr. Eduardo Mondlane, líder do movimento nacionalista moçambicano recentemente assassinado, num atentado misterioso, em Dar-Es-Salaam Tanzania.

# COLONIALISMO E ANTICOLONIALISMO

## ANGOLA

Na frente de Cabinda tem-se acentuado fortemente a atividade do MPLA, com pesadas perdas para as forças colonialistas, que registraram 74 mortos e 47 feridos, com 5 caminhões destruídos e vário material perdido.

Em começos de Janeiro, um helicóptero português sobrevoava território do Congo-Brazzaville, tendo sido atingido pelo fogo anti-aéreo depois de lançar uma bomba incendiária em solo congolês. O Estado Maior das forças neozalazaristas dirigiu forte ameaça contra o País, se este continuasse a ajudar as forças nacionalistas angolanas.

Uma prova da desmoralização que reina entre as tropas de ocupação de Angola pode afeir-se pelo fato de se ter registrado violento conflito entre as forças portuguesas e as chamadas "tropas especiais", constituídas de mercenários comandados por Alexandre Taty e que se deu nos arredores da planície de Sanga, com tiroteio cerrado e elevado número de vítimas de ambos os lados.

Um jipão lusitano foi atingido e destruído no dia 7 de Janeiro por uma mina anti-carro entre Miconge e Caio Njembo, com 5 mortos e 10 feridos entre os seus ocupantes.

Fazendo o balanço de três operações de guerra levadas a cabo na frente de Cabinda, o MPLA assinala as seguintes ações, durante Dezembro passado:

Uma coluna motorizada, composta de 3 caminhões, vinda de Buco-Zau e em direcção à localidade de Tchipungo, foi atacada, tendo perdido 2 dos caminhões, com 26 soldados mortos e 18 feridos. Na estrada de Tchipungo a Tchivange, uma patrulha portuguesa sofreu uma emboscada num local minado, tendo 2 mortos e 3 feridos. Mais tarde, quando os portugueses procuravam estes mortos e feridos, viram-se

novamente atacados, perdendo mais 4 soldados e tendo 6 feridos.

Sobretudo após a exploração petrolífera de Cabinda, que está sendo levada a efeito por uma filial da companhia norte-americana Gulf Oil Company, as autoridades portuguesas têm procurado por todos os meios corromper a população local, no sentido de dificultar a ação do MPLA, sem no entanto obterem grande sucesso, pois a mesma recusa o jugo colonialista, desenvolvendo-se assim dia a dia a atividade do Movimento Popular de Libertação de Angola, que ameaça já os importantes centros económicos e administrativos do distrito.



O P.A.I.G.C. acaba de lançar um novo boletim de informação, em francês, destinado à opinião pública internacional. O PAIGC ACTUALITÉS, no seu primeiro numero (cliché) insere documentos fotográficos sobre as últimas derrotas infligidas pelas suas forças ao colonialismo e a imagem de uma das muitas vítimas dos bombardeamentos com napalm, além de vários textos das Nações Unidas, da Organização da Unidade Africana e dos presidentes Sekou Touré e Leopold Senghor sobre a marcha da luta libertadora na Guiné-Bissau.

# A Conferência de Kartum

(Continuação da 2.ª pag.)

os democratas mobilizam o Povo contra o fascismo e a guerra colonial. Temos orgulho neste combate, apesar de todas as restrições e de todas as dificuldades que nos impedem de desencadear acções mais vigorosas à escala do país inteiro.

Sabemos que é preciso fazer mais e havemos de o fazer, apesar de todos os sacrifícios. Marcharemos ao lado dos povos irmãos das colónias, reforçaremos a nossa cooperação com o MPLA, o PAIGC e a FRELIMO no combate comum contra o inimigo comum dos nossos povos.

O colonialismo português não é apenas um regime de opressão: é também um fator de guerra.

O governo fascista reforça a sua aliança com os regimes de Pretoria e Salisburia. Viola a soberania de países africanos independentes. Recentemente ainda, ameaçou atacar a República do Congo Brazzaville e a Zâmbia. Na sua última conferência de imprensa, Franco Nogueira voltou a falar da possibilidade de criação de bases militares da NATO nos territórios das colónias portuguesas.

O governo do novo ditador Marcelo Caetano continua a política de Salazar em todos os domínios. Ele quer intensificar a política de guerra. Dez mil homens serão enviados em breve para a Guiné para tentar salvar o Exército colonial numa situação que se está a tornar cada dia mais desesperada. O governo de Marcelo Caetano acaba de aumentar os efectivos da PIDE nas colónias e em Portugal.

Caetano é um colonialista directamente ligado aos monopólios que exploram os povos africanos e o povo português: é presidente da Assembleia Geral do Banco Nacional Ultramarino; é membro do Conselho de Administração da Companhia de Fomento colonial, assim como de outras Companhias monopolistas. Poderíamos esperar uma outra política de um tal representante dos monopólios e das forças que exploram os nossos povos?

Só há um caminho: o reforço da luta.

É necessário denunciar o apoio que as forças da NATO dão ao governo fascista e colonialista português. É preciso organizar uma poderosa campanha para isolar, cada vez mais, o regime e para impedir as forças imperialistas de lhe dar o apoio, sem o qual não poderia prosseguir as guerras nas colónias e manter a ditadura em Portugal. Torna-se necessário, e cada vez mais, ajudar os povos em luta contra o colonialismo português.

Nós, antifascistas e anticolonialistas, dirigimo-nos a todas as forças aqui representadas, lançamos um apelo a todos as organizações progressistas, pedindo-lhes que apoiem a luta dos povos das colónias portuguesas, pedindo-lhes que intensifiquem e alarguem as acções de solidariedade e de apoio concreto ao MPLA, ao PAIGC, à FRELIMO, a todos os povos em luta contra o colonialismo.

Esta atitude constitui um dever de todas as forças da Paz e anti-imperialistas, de todos os homens desejosos de liberdade e de Justiça, em todos os continentes.

Queridos Amigos, Estamos conscientes da nossa responsabilidade. Sabemos que o povo português não poderá ser livre enquanto Angola, Guiné Bissau e Moçambique o não forem, também. A nossa luta contra o colonialismo, contra as guerras coloniais, não é somente um dever de solidariedade para com os povos das colónias portuguesas, mas também um dever de patriotismo para com o povo português.

Lutando pelo direito dos povos irmãos das colónias à independência, defendemos, ao mesmo tempo, a dignidade e a independência da nossa Pátria. Lutamos também pela Liberdade do Povo Português.

Nós temos razão. Somos o futuro. Venceremos. Viva a amizade entre o povo português, e os povos de Angola, Guiné e Moçambique. Que viva e se desenvolva a nossa fraternidade de combate!

## O DEPOIMENTO DE MANUEL ALEGRE

Publicamos a seguir o depoimento feito por Manuel Alegre perante a Comissão Política da Conferência:

"É como português que vos falo — um português — quero sublinhá-lo, que não se renega, que tem orgulho da história do seu país e nas tradições de luta do seu povo, um português que tem orgulho em

ser português, apesar dos crimes dum governo que age em nome de Portugal mas que, na realidade, compromete e desonra a nossa Pátria.

Sei que, numa situação de guerra agressiva ha sempre tendência para confundir a política do governo responsável pela guerra com o país em nome do qual a faz.

Aproveito esta oportunidade para sublinhar — como alias sempre o têm feito os dirigentes do MPLA, do PAIGC e da FRELIMO — que não se pode nem se deve confundir a política fascista e colonialista do governo português com o Povo de Portugal.

Há, é verdade, o Portugal de Salazar e, agora, o de Marcelo Caetano. Mas esse não é o Portugal do Povo Português, não é o verdadeiro Portugal. O outro Portugal; o verdadeiro Portugal é o Portugal do Povo que é, também, um Povo explorado e oprimido, é o Portugal do Povo que luta contra a ditadura fascista e contra a guerra colonial.

É em nome deste Portugal que vos falo e vos saúdo.

O meu caso pessoal é apenas um exemplo concreto entre milhares de outros exemplos da resistência da juventude portuguesa à guerra colonial.

Antes de ser mobilizado, frequentava a Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Como estudante, participei nas lutas académicas contra o regime salazarista. Em 1962 fui mobilizado e encontrei a guerra colonial.

Tudo o que vi em Angola, tudo o que fui obrigado a ouvir, reforçou ainda mais a minha determinação de lutar por todos os meios contra a guerra colonial.

Como poderia eu ter agido de outra maneira, depois de ter visto aldeias arrasadas a navalha e depois de ter visto, um dia, na curva duma picada, um africano crucificado?

Como poderia eu ter ouvido, sem me revoltar, os oficiais fascistas vangloriarem-se dos seus crimes?

Citarei apenas alguns exemplos: o Capitão Mendonça, que se passeava pelas ruas de Luanda trazendo à cinta, como troféu de guerra, um cordão de orelhas humanas cortadas. O Alferes Robles, que mais tarde foi condecorado no Terceiro do Paço, em Lisboa. Este jovem assassino, de resto quase imberbe, chegava às aldeias e mandava reunir a população dizendo que queria tirar um retrato.

Quando os homens, as mulheres e as crianças estavam reunidos, em vez da máquina fotografica, eram as metralhadoras camufladas que começavam a cantar a sua canção de morte e de extermínio.

Poderia ainda contar-vos outros crimes que vi ou que os proprios autores me contaram. Mas creio que estes exemplos são mais que suficientes para vos fazer compreender as razões que me levaram a organizar e a participar numa tentativa de revolta militar contra a guerra colonial.

Infelizmente, a revolta foi denunciada. Fui preso pela Polícia Militar e entregue à PIDE em Luanda, o que é absolutamente ilegal e prova a subserviência dos comandos fascistas do Exército perante a PIDE. Passei seis meses no Forte de S. Paulo, em Luanda. Ouvi muitas vezes, a meio da noite, os gritos dos prisioneiros torturados. Ao lado do forte, num edificio da Administração, encontravam-se cerca de 2 mil prisioneiros angolanos, que nem sequer tinham sido julgados. Era a propria PIDE que decidia omnipotentemente, o tempo que cada um deles devia passar na prisão ou nos campos de concentração para onde muitos eram enviados.

Jamais poderei esquecer a carta que um dia recebi na minha cela. Vinha assinada por Luandino Vieira, o escritor angolano que se encontra actualmente no Tarrafal, condenado a 14 anos de prisão, e dizia:

"Coragem, companheiro. Tu não estás só. A nossa causa é comum. Os nossos povos vencerão. Viva Angola Livre, Viva Portugal Livre".

Considero esta carta como um simbolo da solidariedade concreta entre os patriotas angolanos e os democratas portugueses.

Queridos Amigos: Permitti-me ainda dizer que, se alguns oficiais e eu proprio nos revoltamos em Angola, não foi apenas por um dever de solidariedade, mas por patriotismo. A revolta era o unico meio de lutarmos pelos interesses reais do nosso Povo e de defendermos a honra da nossa Pátria.

O governo fascista e colonialista invoca o nosso passado nacional para justificar os seus crimes de hoje.

Mas nós podemos também invocar as tradições revolucionarias do Povo Português para provar que os fascistas e os colonialistas não têm o direito de falar em nome da nossa Historia e do nosso Povo.

As nossas tradições são aquelas que foram afirmadas pelo maior poeta romantico do seculo XIX, Almeida Garrett, quando saudou, num poema imortal, a independencia do Brasil.

As nossas tradições são as que foram reafirmadas pelo Presidente Antonio José de Almeida, quando declarou ao visitar oficialmente o Brasil:

"Eu venho em nome do Povo Portugues, agradecer ao Brasil o

facto de se ter tornado independente".

O governo fascista e colonialista poderá falar em nome dos monopólios que exploram as riquezas dos povos das colónias e as do nosso proprio mais; mas não tem o direito de falar em nome dum povo que oprime há mais de 40 anos e que sempre lutou contra a ditadura.

Ao saudar fraternalmente os povos de Angola, da Guiné e de Moçambique, permiti-me repetir aqui, nesta tribuna, as palavras dum dos maiores poetas portugueses de todos os tempos, Antero de Quental:

"O nosso inimigo não é a Liberdade, mas o despotismo. Um povo livre não medra com o mal alheio, não sacrifica à deusa da vitória a independencia de outro Povo".

Estas palavras de Antero de Quental traduzem exactamente a nossa posição: somos pela liberdade e pela independencia dos povos das colónias, porque somos pela liberdade e pela independencia do Povo Português."

## Mensagem da F.P.L.N. aos combatentes do M.P.L.A.

Por ocasião do 4 de Fevereiro, aniversário do inicio da insurreição angolana, a Frente Patriótica de Libertação Nacional enviou aos combatentes do M.P.L.A. a seguinte mensagem:

Estamos no oitavo ano da guerra colonial. Oito anos são passados sobre a data do assalto dos militantes nacionalistas de Angola aos bastiões da repressão colonialista da cidade de Luanda.

Há oito anos que a metralha, a destruição, a tortura e a morte, são a linguagem com que se afirma, e se pretende impor, a presença de Portugal em terras do continente Africano. Há oito anos que jovens portugueses arrancados à família, à profissão, à escola, são enviados para terras de Africa, para matar e para morrer. E hoje com Marcelo Caetano a substituir Salazar, o mesmo governo, os mesmos homens, percorrem o caminho traçado pelo ditador Salazar: o caminho da ruína e da desonra nacional.

O assalto das prisões de Luanda é para o Povo de Angola, o que na história de Cuba foi o assalto ao Quartel Moncada. O acto heróico que enceta uma epopéia, o desafio dos poderes aparentemente invencíveis, e que mesmo tendo sido vencedores do primeiro choque, mostraram bem que eram vulneráveis.

Oito anos de guerra. Oito anos em que vagas sucessivas de soldados portugueses, em que vagas sucessivas de jovens de Portugal, levaram à terra angolana, a repressão, a destruição e a morte.

Esses jovens soldados eram, e são, filhos do nosso povo, operários, camponeses, estudantes obrigados a vestir uma farda e a servir uma causa injusta na qual, combatendo contra a liberdade doutro povo, Portugal veio perdendo a sua liberdade. Defendendo o império colonial é Portugal que se vai convertendo numa colónia dos países imperialistas.

Nós, democratas portugueses, militantes da Frente Patriótica de Libertação Nacional, condenamos a guerra colonial.

Nós, antifascistas e anticolonialistas portugueses, saudamos a luta do Povo de Angola pela sua Liberdade, pela sua independencia nacional. Saudamos fraternalmente os combatentes do MPLA.

Não importa hoje repetir que reconhecemos aos Povos de Angola, da Guiné e de Moçambique direito à autodeterminação, e a escolherem livremente um livre destino nacional. E não vale a pena repeti-lo, no oitavo ano da vossa luta heróica, porque na realidade os povos de Angola, Guiné e Moçambique já se autodeterminaram de armas na mão, pela liberdade jogando a vida, edificando com sacrificios e sofrimentos indescritíveis, os caboucos da Pátria que querem construir.

Não é livre um povo que aos outros povos nega a Liberdade. Não será livre o povo português enquanto vos oprimir. A vossa luta é a nossa luta. Porque em Angola, na Guiné e em Moçambique, sob máscaras aparentemente diferentes, o imperialismo tentacular e ávido, apossou-se das riquezas nacionais, explora os trabalhadores, oprime os Povos.

Separados por uma guerra cruel, nós, somos aliados e companheiros de luta. E como tal devemos colaborar, e como tal nos devemos unir.

Combatentes angolanos, saudamos a vossa luta. Nós estaremos ao vosso lado resistindo ao fascismo na nossa terra, denunciando em toda a parte e sempre a mistificação e a opressão colonialista.

Fazemo-lo porque somos vossos amigos. Fazemo-lo porque somos patriotas portugueses. Fazemo-lo porque essa guerra injusta e criminosa não defende Portugal — ataca Portugal.

Esta é a mensagem que ao iniciar-se o oitavo ano da vossa luta a Frente Patriótica de Libertação Nacional vos envia.

Pela vitória do povo de Angola. Pela vitória do Povo de Portugal. Viva Angola Livre. Viva Portugal Livre.

## O regresso dos exilados

(Continuação da pag. 6)

exilados. Divulgando as acções internas e levantando o problema junto das Embaixadas fascistas e instâncias internacionais, contribuirão poderosamente para prevenir e desmascarar as represálias que os fascistas exercem contra o direito de regresso dos exilados à sua pátria.

Aos exilados não cabe apenas saber esperar. Coerentes com o seu passado de lutas ou posições assumidas no exílio, compete-lhes manterem-se unidos e firmes no propósito de regressar ao país em condições de poderem participar livremente da vida política nacional. Aceitar o regresso em condições desonrosas ou, em acto de desespero, enfrentar isoladamente o inimigo, seria condenar o movimento antifascista a um fracasso. O movimento popular será o barómetro por onde devem medir as suas atitudes. Dispostos a enfrentar corajosamente o inimigo quando as massas o exigirem, os exilados poderão contribuir poderosamente para estimular o movimento interno e impôr ao fascismo uma clamorosa derrota se souberem tomar uma decisão oportuna.

## PORTUGAL DEMOCRATICO

DIRETOR RESPONSÁVEL  
Otávio Martins de Moura

R. DE JANEIRO: Praça Floriano, 19 - 1.º - Tel.: 22-5686

REPRESENTANTES

RECIFE: Manuel Luis Fernandes e Angelo Ferreira da Silva — Rua Real da Torre, 819 — 1.º

CURITIBA: Antonio Serpa — Rua Dr. Murici, 712

LONDRINA: Julio Duarte — Edifício Centro Comercial — Apto. 141

PELOTAS: Heitor M. Bandeira — Rua 7 de Setembro, 312 — Pelotas — Rio Grande do Sul

INGLATERRA: Portuguese and Colonial Bulletin — 10 Pentman Road, London, S.W. 8

BRUXELAS: Mercedes Guerreiro — 107, rue Valaanderenstraat — Valaanderenstraat — Vilveede — Belgique

HOLANDA: ANGOLA COMITE — Vinkenstraat 13 — Amsterdam — C.

CANADA: Portuguese Canadian Democratic Association 357½ College St Box 153 Station B — Toronto 2 B — Ontário

A. dos Santos 7564 d'Outremont Ave. — Apt. 1 Montreal 15, P.Q.

VENEZUELA: Junta Patriótica Portuguesa — Apartado 8287 — Caracas

URUGUAI: Junta Patriótica Portuguesa del Uruguay Casilla de Correo n.º 2.128 — Distrito 5 — Montevideo

CHECOSLOVAQUIA: João Ribeiro — Postovní Urad/Jindřiská UL C.14 Schánka 646 — Praha 1 Tchecoslovaquia

FRANÇA: Grupo de Amigos de «Portugal Democrático» — 2, Place François Villon — Escalier E — La Courveneuve — Selne — França

### REDAÇÃO:

Rua Líbero Badaró n.º 488 — 5.º and. sala 50 — Tel.: 37-0933 — São Paulo

Caixa Postal 6248

Composto na Editora ESCRITOS Limitada Rua Almeida Torres, 119 — S. P.

### EXPEDIENTE:

Dias úteis: das 19 às 22 horas  
Sábados: das 15 às 19 horas  
Número avulso ..... NC: \$ 0,30  
Assinatura anual ..... NC: \$ 5,00

ANO XII — N. 138 — MARÇO 1969

Os artigos assinados traduzem apenas a opinião de seus autores, sendo por conseguinte de sua exclusiva responsabilidade.

O 31 DE JANEIRO NO PORTO

# Exigida a volta de Ruy Gomes

LISBOA (Do Correspondente) A data do 31 de janeiro foi comemorada em todo o País. Em Braga, em Vizeu, em Guimarães, em Famalicão, realizaram-se jantares de confraternização republicana no final dos quais tomaram a palavra diversos oradores. Em Coimbra realizou-se uma sessão pública no Teatro Avenida. Em Aveiro o acto realizou-se no Teatro Aveirense. Em Lisboa teve lugar a habitual romagem aos cemitérios, onde milhares de democratas foram colocar coroas de flores nos túmulos dos mártires da revolução republicana de 31 de janeiro de 1891. Ainda em Lisboa realizou-se um jantar de confraternização republicana e democrática em que falaram vários oradores que pediram para Portugal "uma democracia total, produto de uma política de liberdade, verdade, e justiça". Nesta reunião foi lido um telegrama enviado ao Presidente do Conselho de Ministros, Marcello Caetano, por parentes de presos políticos que pediam uma amnistia geral.

Finalmente, no Porto, cidade onde eclodiu a revolução de 31 de janeiro, realizou-se uma sessão pública na maior sala de espetáculos da cidade, O Coliseu. Alguns milhares de pessoas superlotaram a sala. A sessão foi presidida pelo antigo Ministro da República, Coronel Helder Ribeiro, o qual na abertura da sessão pediu um minuto de silêncio em homenagem aos democratas falecidos. Seguiram-se no uso da palavra o dr. Araujo Correia, de Peso da Regua, o dr. Costa e Mello, de Aveiro, o dr. Olivio rFança, do Porto, o dr. Mario Soares, de Lisboa, e por fim o dr. Vasco da Gama Fernandes, de Leiria. Durante a sessão os três momentos de maior vibração estiveram ligados: à evocação do nome, durante os discursos, do Professor Ruy Luís Gomes, exilado no Brasil; à evocação do General Sem Medo, o General Humberto Delgado, bárbaramente assassinado pela PIDE em território espanhol; e ao discurso do dr. Mario Soares, regressado recentemente da Ilha de São Tomé para onde foi desterrado por decisão do ditador Salazar.

Ao pedir a unidade de todas as forças da Oposição, nas próximas eleições para "deputados" em Outubro, o dr. Mario Soares sustentou que essa unidade não deverá significar que os grupos oposicionistas terão que perder a sua personalidade. Por fim, afirmou estar Portugal passando por uma grave crise económica, além de uma crise de governo, e do problema colonial. Advertiu ainda que Portugal poderá ser vítima de uma convulsão social se o governo permanecer surdo às aspirações do povo. O segundo momento de grande vibração deveu-se a ter sido citado, por um dos oradores, o nome do professor Ruy Luís Gomes. Os milhares de pessoas que superlotavam a grande sala do Coliseu do Porto gritaram em coro o nome do candidato à Presidência da República nas eleições de 1953. Entretanto eram lançados na sala manifestos com a fotografia do leader oposicionista, enquanto em coro os milhares de pessoas presentes exigiam o imediato regresso a Portugal de Ruy Luís Gomes. Finalmente, o terceiro grande momento de vibração ocorreu quando um dos oradores aludiu ao General Sem Medo. A evocação da heróica figura do General Humberto Delgado, levou a sala inteira, durante minutos, a gritar numa só

voz: "Assassinos, Assassinos". O entusiasmo, a vibração, com que decorreu e terminou a sessão, levou os participantes a lançarem-se numa manifestação pelas ruas do Porto. Manifestação que foi dispersada pela Polícia de choque na Praça da Liberdade... As 2 horas da madrugada a cidade do Porto era ainda uma cidade sitiada, cheia de polícias armados de metralhadora. No consenso geral as comemorações do 31 de Janeiro deste ano representam a mais importante manifestação, no genero, dos democratas portugueses desde 1958, a quando da inesquecível campanha eleitoral à Presidência da República do General Humberto Delgado.

## O jantar comemorativo

Na véspera, realizara-se um jantar comemorativo da Revolução de 31 de Janeiro, a que compareceram mais de 300 pessoas, tantas quantas a sala comportava. Muitas pessoas, especialmente jovens, que decidiram aparecer na altura dos discursos, não puderam sequer entrar no edifício da pensão onde se realizava o jantar, pois havia o perigo do soalho ir abaixo.

Na rua, vários grupos de a-

gentes da PIDE vigiavam as imediações.

Aos brindes usou da palavra um jovem — embora a censura cortasse a referência nos jornais — que formulou o voto de que o prof. Ruy Luis Gomes fosse imediatamente reintegrado na Universidade do Porto.

O expediente foi tão volumoso que se tornou impossível ler todas as mensagens recebidas. Um telegrama de Manuel Alegre, de Argel, foi aplaudido com entusiasmo. Mas o momento mais emocionante da noite verificou-se quando a engenheira Virginia Moura atendeu uma chamada telefónica do Estrangeiro. Era o prof. Ruy Luis Gomes. Profundamente comovida, Virginia Moura comunicou aos democratas presentes que não pudera ouvir tudo quanto o grande patriota dissera, pois ambos choravam de emoção. Uma ovação quente, interminável, reboou pela sala, com todos os presentes, de pé, aplaudindo. Discursaram o dr. Brochado Coelho, a engenheira Virginia Moura, Joaquim Felgueiras, em nome dos trabalhadores, o estudante Zefirino Coelho, o dr. Veloso Pinho, o dr. Armando Bacelar, Lino Lima, etc. Foram aprovadas várias moções, entre as quais o envio de dois telegramas: um exigindo amnistia para os presos políticos e outro a reintegração do prof. Ruy Luis Gomes na Universidade.

## LUTAS POPULARES

NA C.P. — Sob a pressão do aumento incessante do custo de vida desenvolve-se no país uma série de acções reivindicativas que pela sua amplitude e pela importância dos setores abrangidos dão uma particular importância ao atual momento de luta.

Já nos referimos à luta dos ferroviários por aumento salarial que envolveu uma categoria numerosa — mais de 30.000 trabalhadores — durante o mês de janeiro. O "luto ferroviário" foi seguido, no seu início, por cerca de 90% dos empregados da C. P. e não obstante a atividade da P.I.D.E. e dos "bufos", que levou a reacções violentas contra estes, sendo alguns escorraçados à cacetada das oficinas do Barreiro, a campanha foi corajosamente sustentada durante várias semanas.

NO ARSENAL DO ALFEITE — No Arsenal do Alfeite, 500 dos 3.000 empregados realizaram uma concentração junto da administração para reclamar aumento de salários e outra regalias. A manifestação foi prejudicada pela acção dos "bufos" que denunciaram os preparativos da mesma, permitindo assim à administração espalhar certa confusão entre os trabalhadores mediante "manifestações" paralelas. Apesar disso, a administração viu-se obrigada a discutir com uma Comissão as reivindicações apresentadas.

NA LISNAVE — Cerca de 2.000 dos 3.000 operários da LISNAVE fizeram uma greve de meio dia em apoio da reivindicação de melhores salários, assistência médica e outras regalias. As secções atingidas pela greve foram a mecânica, caldeiraria, soldadura e outras. Foi eleita uma comissão pelos operários para encaminhar as reivindicações à administração da empresa.

NA CUF — Na sequência de uma série de reivindicações do pessoal desta empresa, a administração da mesma passou todo o pessoal a mensalista, com o que deveria fi-

car resolvido o problema do pagamento dos domingos. Porém, sempre engenhosa, aquela ainda achou maneira de burlar os trabalhadores pagando apenas 29 dias por mês, o que, num ano, representa duas semanas de trabalho não pago. Este facto deu origem a paralizações de trabalho em diversas secções: 700 homens e mulheres da secção de fiação pararam por duas vezes para debaterem a situação; outros 100 da secção de acabamento também pararam. Os operários empenham-se agora numa luta pelos seguintes objetivos: pagamento do 30.º dia, 20\$00 de aumento e 100% de subsídio de férias para todos.

## A F.P.L.N. na Conferência do Cairo

A Frente Patriótica de Libertação Nacional fez-se representar na Conferência Internacional de Solidariedade aos Povos Arabes, realizada no Cairo.

O delegado da FPLN, Manuel Alegre, falando na Comissão de Mobilização da Conferência, exprimiu a calorosa solidariedade dos anti-fascistas e anti-colonialistas portugueses aos países arabes e aos patriotas palestinos em partição.

# O manifesto dos católicos

No último número de "Portugal Democrático" referimo-nos com o devido destaque, sob o título **Católicos contra a guerra**, à "vigília de contestação" levada a efeito na noite de passagem do ano, na Igreja de São Domingos, por um grupo de cerca de 200 católicos. Podemos dar agora aos nossos leitores a íntegra do "manifesto" divulgado pelos participantes da vigília e cuja leitura foi feita na presença do cardeal Cerejeira após a missa da meia noite:

"No dia 1 de Janeiro celebra a Igreja o Dia da Paz. Por uma Mensagem do Papa, datada de 8 de Dezembro, e uma pastoral colectiva dos bispos portugueses, do dia 13, são os católicos convidados a participar desse dia e na respectiva vigília.

1.º — A nota pastoral, em que se alude de passagem à "situação de guerra em que nos encontramos", revela mais uma vez a realidade do compromisso político da Igreja frente ao Estado. Por exemplo, quando refere "aos povos ultramarinos que integram a Nação Portuguesa", toma partido pela tese do Governo, que está na origem mesma da guerra; ou quando utiliza a equívoca analogia de Paulo VI entre pacifismo e cobardia, fazendo a sua respectiva aplicação ao caso português; ou ainda quando aponta implicitamente como único remédio para a guerra o desenvolvimento dos territórios, passando por cima da recomendação expressa e insistente do Papa, em relação a qualquer conflito: "O entendimento; as negociações, a arbitragem a que devem intercorrer nas relações difíceis entre os homens; não o ultrage, o sangue ou a escravidão", como voltou a declarar na mensagem citada. Deste modo, a fórmula da *Populorum Progressio* o desenvolvimento é o novo nome da paz", pode servir para escamotear o grave problema com que nós, portugueses, estamos confrontados — o de um estado de guerra que se arrasta há oito anos e que ameaça prolongar-se indefinidamente; guerra de que muito pouco nos é dado conhecer, quanto as suas verdadeiras causas e em toda a extensão dos males, das destruições e dos sofrimentos inconmensuráveis que tem provocado e continua a provocar.

2.º — Sabemos que a Paz a que a Igreja nos exorta tem inumeráveis sentidos e desdobra-se em múltiplos aspectos. Para os portugueses, porém, neste momento, a paz tem de ser primordialmente referida — e sem rodeios — à guerra em que estamos envolvidos e de que temos, pelo menos, uma parte da responsabilidade. Tratar da paz nas consciências, da paz nas famílias, da paz na sociedade, da paz no mundo em geral, deixando para segundo plano a paz real que nos recusamos a procurar desde há oito anos, aparece-nos como aviltante hipocrisia e como grave injúria a todos os que sofrem e morrem e a todos os que continuarão a sofrer e a morrer.

3.º — A verdade é que todos nos deixámos instalar nesta guerra; que a admitimos como inevitável e imposta; que nos acobertamos sob a desculpa dos riscos que corre quem ousar pôr dúvidas à sua justiça e a sua legitimidade; que somos todos cúmplices de uma conspiração de silêncio a sua volta. Na verdade, procuramos fazer a nossa vida normal e considerar em paz a nossa consciência enquanto em África aldeias inteiras são arrasadas, populações dizimadas, prisioneiros porventura torturados e assassinados; enquanto homens, mulheres e crianças ficam estropeados física ou moralmente para toda a vida; e enquanto, mesmo entre nós, milhares de jovens continuam sem acesso a um ensino adequado, populações inteiras sem assistência médica suficiente, multidões de operários sem possibilidades de trabalho na sua pátria.

4.º — Nestas circunstâncias, a celebração do Dia da Paz aparece como uma oportunidade para nos despertar e como um apelo a nossa coragem. Vale a pena tomá-lo a sério. "A Paz é o dever da História presente" diz Paulo VI. E é-o tanto mais para nós, se atentarmos no lema proclamado para este ano: "A PROMOÇÃO DOS DIREITOS DO HOMEM, CAMI-

NHO PARA A PAZ". Porque temos razões para crer que a guerra que sofremos e que fazemos em três territórios tem nas suas causas e na sua manutenção um claro e persistente desrespeito por esses Direitos.

5.º — Como responder então ao apelo da Igreja? Muito simplesmente: procurando tomá-lo a sério. Recusar as fórmulas evasivas em que só a oração abstrata e desencarnada esteja presente e procurar com seriedade o sentido cristão da responsabilidade e do empenhamento pessoal e colectivo, tentando:

- conhecer melhor e adquirir consciência dos males da guerra;
- discutir as "nossas" razões;
- conhecer, e discutir também, as razões dos "outros";
- assumir o compromisso de trabalhar concretamente pela paz e ver como;
- começar mesmo a fazê-lo.

6.º — Vamos fazer isto, enquanto cristãos, e numa igreja, com a convicção de que não estaremos a fazer política — embora o que façamos tenha inevitavelmente incidências políticas. Fazer isto é o que nos permitirá confirmar a nossa fé e continuar a viver em Igreja com um sentido. Fazer isto é aceitar o risco, a dificuldade, a insegurança, as ambiguidades e contradições que tem todo o gesto humano significativo. Fazer isto é, finalmente, procurar corresponder à palavra do Senhor, tomando à letra a exortação da Hierarquia. E convirá que cada um de nós tenha bem presente:

- se o inquieto ou não o silêncio de que é cúmplice, ano após ano, e se lhe é possível continuar a suportá-lo;

- que rejeitamos a inevitável acusação de que estaremos a servir-nos da protecção da Igreja e da sua situação de privilégio no nosso país, pois não é um oportunismo covarde que nos motiva, mas a exigência de viver no concreto a fé em Cristo;

- que temos sido acusados de não termos sido ao serviço da comunidade portuguesa as obrigações que temos como católicos e as possibilidades que nos são dadas como tais.

E, finalmente, devemos estar conscientes que a participação neste acto não significará escapatória a trabalharmos como portugueses ao lado dos nossos concidadãos não cristãos na luta pela Paz, mas antes será um compromisso para um maior empenhamento nessa luta.

Lisboa, Igreja de S. Domingos, 1 de Janeiro de 1969.

## O PAIG liberta três prisioneiros

Por falta de espaço, deixamos para o próximo número a publicação da importante declaração proferida recentemente em Dakar pelo secretário do PAIGC, Amílcar Cabral, ao entregar à Cruz Vermelha Internacional três prisioneiros de guerra portugueses.

PORTUGAL DEMOCRÁTICO  
Rua Libero Badaró, 488 — 5.º — Sala 50  
Endereços de Assinantes